



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0307/17	DATA: 19/04/2017	
LOCAL: Plenário 04	INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 17h44min	PÁGINAS: 58

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico — AGLO.
AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Diretor de Normas e Gestão de Contas do Tribunal de Contas da União (Representante do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).
LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Procurador da República — Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.
CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES - Doutora em Direito e Especialista em Direito Público.
RODRIGO GOUVÊA GOMES DE CARVALHO - Gerente de Projetos da Assessoria Especial de Projetos do Ministério do Esporte (Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município do Rio de Janeiro).
ROGÉRIO DA COSTA PIMENTA - Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município do Rio de Janeiro.
MAURÍCIO MENDES PINTO - Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município do Rio de Janeiro.
LIANA BARROS CARDOZO DE SANT'ANA - Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania – MPRJ (Representante da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Rio de Janeiro).
ADRIANA ARINELLI FERNANDES SALGADO - Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
MARIA CLÁUDIA LAMEIRA GARCIA - Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.
FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS - Doutorando em Direito e Especialista em Fomento Público.

SUMÁRIO

Debate acerca do cumprimento do Plano de Legado Olímpico

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Boa tarde a todos. Em virtude de a Ordem do Dia já ter iniciado, cancelamos a reunião deliberativa de hoje e passamos à nossa audiência pública para debater o Plano de Legado Olímpico do Parque Olímpico e do Parque Radical de Deodoro.

Esta audiência pública está sendo realizada devido à aprovação do Requerimento nº 148, de 2017, de iniciativa dos Deputados Leo de Brito e Silvio Torres, e do Requerimento nº 152, de 2017, de iniciativa deste Presidente.

A reunião visa debater o cumprimento do Plano de Legado Olímpico do Parque Olímpico e do Parque Radical de Deodoro.

Para iniciar, convido para fazer parte da Mesa o Sr. Paulo Márcio Dias Mello, Presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico; o Sr. Augusto Gonçalves Ferradaes, Diretor de Normas e Gestão de Contas do Tribunal de Contas da União; o Sr. Leandro Mittidieri Figueiredo, Procurador da República da Procuradoria da República no Rio de Janeiro; o Sr. Rodrigo Gouvêa de Carvalho, Gerente de Projetos da Assessoria Especial de Projetos do Ministério de Esportes; a Profa. Cláudia Ribeiro Pereira Nunes, doutora em Direito e especialista em Direito Público.

Informo que convidamos para esta audiência o Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Juventude do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Thiago Pampolha Gonçalves, que justificou sua ausência.

Tendo em vista a falta de espaço para todos se sentarem à mesa, os demais convidados sentarão nas primeiras fileiras. Devo esclarecer, no entanto, que V.Sas. estão fazendo parte desta Mesa. Eu gostaria de anunciar a presença desses convidados: Sr. Rogério da Costa Pimenta, Coordenador da Subsecretaria Municipal de Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Maurício Mendes Pinto, Assistente da Subsecretaria Municipal de Esporte e Lazer do Município do Rio de Janeiro; Sra. Liana Barros Cardozo de Sant'Ana, Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Cidadania do Ministério Público do Rio de Janeiro; Sra. Adriana Arinelli Fernandes Salgado, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Sra. Maria Cláudia Lameira Garcia, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de



Janeiro; Sr. Fernando Rangel Alvarez dos Santos, doutorando em Direito e especialista em Fomento Público.

Informo que foram convidados e não responderam o nosso convite a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Antes de passar às exposições, informarei as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 10 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Peço total diligência aos convidados concernente aos minutos em que deverão se apresentar. Após as exposições serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar os palestrantes deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. Será permitida réplica de qualquer participante que for citado durante os debates.

Comunico também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, com *link* disponível na página da Comissão do Esporte, no Portal da Câmara dos Deputados, possibilitando assim a participação popular por meio de perguntas dirigidas a esta Comissão.

Passo a palavra ao Sr. Paulo Márcio Dias Mello, Presidente da Autoridade de Governança do Legado Olímpico, para fazer a sua exposição. O senhor tem 10 minutos.

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite para participar desta audiência pública. Demais componentes da Mesa, Dr. Mittidieri, senhoras e senhores, agora iniciamos uma nova fase. Essa primeira audiência pública, marcada com a criação da AGLO — Autoridade de Governança do Legado Olímpico, vai trazer a todos nós um caminho a ser seguido, uma consistência de ideias para aperfeiçoar aquilo que já estamos trabalhando há algum tempo.

Na verdade, desde que assumimos a missão da gestão dessas quatro arenas do Parque Olímpico da Barra e daquelas que ficaram com a união de Deodoro, começamos a desenvolver um trabalho com a criação de um grupo, pelo Ministério do Esporte, do qual fui coordenador. Já venho conduzindo essa transição desde dezembro, quando foi assinado o termo de cessão com a Prefeitura. Isso foi muito



bom, porque participando mais à frente do problema, pudemos identificar mais os problemas que tínhamos de necessidades estruturais e de adequação do modo Legado para o modo Olímpico. Após essas identificações, algumas já foram até resolvidas. Já conseguimos caminhar de alguma forma não só na preparação desse Plano de Legado com mais consistência, mas também fazendo algumas adequações, para que pudéssemos receber esse Legado e propiciar a correta utilização dele com eventos e com treinamento.

Na verdade, no dia 5 de fevereiro, fizemos um evento teste no Parque Olímpico que foi bem interessante. Como ainda não havia na Confederação Brasileira de Tênis uma proposição para utilização da nossa arena de tênis, entendemos que, em parceria com a CBV, poderíamos fazer um evento-teste para poder sentir como funcionaria o Legado. Até então não tínhamos noção exata dos problemas eventuais e estruturais que poderiam evitar que alguns eventos fossem realizados.

Quando nos propomos a fazer esse evento, conseguimos também identificar que não seria tão simples quanto parecia, num primeiro momento, já iniciarmos uma etapa de proporcionar à Confederação e às Federações a utilização desse Legado para a prática esportiva. Por que isso? Com o término das Olimpíadas, houve a retirada de algumas arquibancadas móveis tanto da arena 1 quanto da arena de tênis. Com a retirada de todas essas arquibancadas, evidentemente os guarda-corpos também foram retirados. Com a remoção dessas estruturas móveis, acabamos ficando sem proteção para o público em determinados lugares. Com esse evento-teste, pudemos identificar que é possível fazer uma espécie de parceria público-privada, já no início, quando nos propomos a permitir que a Confederação utilize o Legado em troca não de dinheiro, não de locação, mas em troca de uma contrapartida para suprir as nossas necessidades de adequação de modo Legado, o que acabamos realizando.

Nesse evento que fizemos no dia 5 de fevereiro, a Confederação Brasileira de Voleibol se propôs, dentre algumas contrapartidas, a colocar esse guarda-corpo que teve um custo de aproximadamente 60 mil reais. Com a colocação do guarda-corpo, resolvemos o problema da arena de tênis e agora há a possibilidade de que outros eventos se realizem ali com a licença dos órgãos competentes.



A tarefa não é simples, se formos levar em consideração a arena 1, de onde foram retirados 8 mil assentos da parte de cima. Hoje contamos com 6.500 lugares e antes tínhamos aproximadamente 15 mil lugares. Com a retirada que aconteceu na arena 1, pudemos observar a dificuldade que tínhamos para realizar os eventos sem antes fazer uma intervenção estrutural não só para garantir a segurança da população, das pessoas que iriam assistir ao evento, mas também dos próprios atletas de alto rendimento. Acho que o nosso principal objetivo é proporcionar o uso do Legado pelos nossos atletas de alto rendimento.

Não é uma tarefa fácil. Esse levantamento ainda está sendo feito junto com o Plano de Legado e o plano de ocupação, que já temos mais ou menos pré-definidos, mas entendo que precisamos caminhar com bastante tranquilidade, para que não cometamos o erro de atropelar um processo que no mundo inteiro seguiu de forma gradativa. Londres, por exemplo, demorou 2 anos para preparar o legado deles. E até hoje enfrenta problemas, principalmente de investimento público.

Então, nós temos duas etapas, na minha opinião, a apreciar: fazer o legado funcionar de forma adequada e segura, e, ao mesmo tempo, num segundo plano, diminuir os investimentos públicos que temos que fazer para manter esse legado.

Desse modo, com o passar do tempo, e identificando esses problemas, nós começamos a buscar solução através de parceria com as confederações.

Diferentemente do que as pessoas dizem, que o legado está abandonado, isso não é verdade. Eu convido todos que estão aqui presentes a que compareçam lá. Os senhores vão ver que o Parque Olímpico está muito bem cuidado. Se é verdade que há necessidade de adequações para o modo legado, também é verdade que hoje eu teria condições, ainda que de forma precária, de realizar eventos. E me dizem: *“Por que você não o faz?”* Porque essas adequações, para não colocar em risco a população e os atletas, são necessárias. E isso demanda um estudo, um tempo. O que nós precisamos fazer é minimizar os investimentos, para transformar essa adequação do modo jogo para o modo legado em uma coisa viável. E vamos fazendo isso aos poucos.

Eu já tenho uma agenda positiva bastante interessante. Em curso espaço de tempo, volto a dizer, — a União assumiu a responsabilidade pelo legado em



dezembro, nós estamos em maio — eu já tive um evento na arena de tênis, e eu já tenho dois grandes eventos programados lá para o nosso plano, o nosso legado.

Nós vamos ter um campeonato carioca agora, no final de mês de maio, no dia 21, se não me engano, com a Confederação Brasileira de Ciclismo, na pista do velódromo. E será um evento de 3 ou 4 dias. Nós o denominamos de *Bike Weekend*, porque, fora o evento de competição do Campeonato Carioca de Ciclismo, vamos ter um passeio ciclístico pela cidade do Rio de Janeiro inteira, que sai dali do nosso Parque Olímpico e roda a orla da praia, depois volta para o Parque Olímpico.

Nós teremos um campeonato importantíssimo de vôlei de praia, uma etapa do Mundial de Vôlei de Praia, que eu já vou fazer também no final de maio, já programado e confirmado com a Confederação Brasileira de Vôlei. Vai ser uma etapa do campeonato mundial. E com isso, vamos conseguir trazer mais benfeitorias não só para a nossa arena de tênis, mas para as outras arenas que precisam dessa adequação que eu digo, do plano jogo para o modo legado.

Essa ansiedade que todos nós temos, de fazer o legado funcionar, evidentemente, é plausível. Há investimento público ali, e não foi pouco. Mas é preciso que saibamos que as coisas têm que ser feitas com tranquilidade. Não podemos, simplesmente, atropelar uma etapa: a etapa de averiguação de instalações, de condições de segurança do atleta e da população. Essa etapa está sendo toda trabalhada já desde dezembro, independentemente da criação da nova autarquia — a AGLO. O Ministério já tinha essa comissão fazendo esse tipo de trabalho. Com a criação, evidentemente, da AGLO, temos um poder maior do que tínhamos porque temos uma autonomia administrativa e financeira que antes não tínhamos. Temos buscado parceria com a iniciativa privada. Eu já tenho entrado em contato com algumas empresas, tentando buscar patrocínio, investimento no nosso legado, para amenizar também o investimento público.

Mas é preciso que tenhamos consciência de que essa transição está sendo até bem tranquila, bem rápida, se nós levarmos em consideração, volto a dizer, que no mundo inteiro o legado não foi trabalhado em 6 meses, em 8 meses; demorou muito mais tempo para que se colocasse, efetivamente, o legado para funcionar de forma adequada.



Eu faço aqui esta breve explanação de coisas que temos visto lá no dia a dia, e da minha proposição de agenda. E me coloco aqui à disposição dos senhores para responder às demais perguntas que forem pertinentes ao modo de legado ou a qualquer outra questão aí envolvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Sr. Paulo Márcio Dias Mello, pela excelente exposição.

Vamos dar continuidade aos trabalhos

Registro a presença do nosso querido Deputado Leo de Brito, um dos autores do requerimento para a realização desta audiência. Daqui a pouquinho ele vai presidir também esta audiência pública.

Vamos passar a palavra ao Sr. Augusto Gonçalves Ferradaes, Diretor de Normas e Gestão de Contas do Tribunal de Contas da União. Tem 10 minutos, o Sr. Augusto Gonçalves.

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Boa tarde!

Agradecemos ao Presidente, Deputado Ezequiel, e aos demais Parlamentares, a oportunidade de o Tribunal aqui, novamente, apresentar algumas informações sobre os trabalhos realizados.

Eu vou pedir para ficar ali no canto, porque tenho uma apresentação. Eu tenho alguns eslaides que vou passar rapidamente.

Os eslaides têm alguns textos de alguns acórdãos do Tribunal. Eu não vou ler todos, mas a apresentação ficará disponível para aqueles que quiserem, depois, lê-los com mais calma.

(Segue-se exibição de imagens.)

O tema é o legado relativo às arenas, lembrando que o Tribunal de Contas, desde 2013, atuou na fiscalização dos Jogos Olímpicos. O Tribunal definiu algumas equipes técnicas, de acordo com o tema a ser analisado.

Em 2013, o Tribunal já realizava uma auditoria para a avaliação preliminar da governança geral dos jogos.

Aqui nós apresentamos só algumas referências que foram focos de nossas auditorias. No caso do Ministério do Esporte, nós temos o Comitê Gestor das Olimpíadas e também o grupo executivo GEOlimpíadas, que eram responsáveis por



algumas ações no âmbito da União, relativas à organização e coordenação das ações do Governo Federal para os jogos.

Destacamos também a atuação do Conselho Público Olímpico e da Autoridade Pública Olímpica, entidade pública tripartite, criada para fazer a coordenação das ações dos vários Governos envolvidos, do Comitê Rio e de outros envolvidos nas realizações dos jogos. Esses entes foram sujeitos nas ações de fiscalização do Tribunal de Contas.

Então, lá em 2013, o Tribunal já fazia uma auditoria preliminar de governança, em que foram apontados alguns problemas, entre eles, a inexistência de um plano de legado. Então, entendia-se que já estavam em andamento os projetos executivos das arenas, e seria necessário, óbvio e até coerente que já se tivesse um plano de legado que definisse diretrizes até dos projetos de engenharia.

Então, o Tribunal, na ocasião, determinou ao Ministério do Esporte que desse início imediato aos trabalhos inerentes ao grupo de trabalho do legado dos jogos, dada a constatação da inexistência desse plano concluído.

Em 2014, o Tribunal fez nova fiscalização. E, nesse acórdão de 2014, já foi determinado novamente, com fundamento em um decreto da Presidência da República que definiu as atribuições do GEOLimpíadas e do Comitê Gestor dos Jogos, o Tribunal determinou novamente ao Ministério do Esporte, através dessas entidades por ele coordenadas, medidas para o encaminhamento do Plano de Legado, que também ainda não estava concluído naquela ocasião.

Em 2016, novamente o Tribunal acompanhou o assunto. Na ocasião, o Relator desse processo, o Ministro Augusto Nardes, já havia feito até um Congresso no Rio de Janeiro. Ele já havia apontado algumas falhas de governança no conjunto de entes que atuavam na realização dos Jogos. E o Tribunal, mais uma vez, fez uma determinação para que o Ministério do Esporte concluísse o Plano de Legado, inclusive com recomendações à Casa Civil também.

Em 2017, bem recentemente, no dia 22 de março, finalmente o Tribunal analisou a defesa de dois responsáveis: o ex-Ministro do Esporte, Sr. George Hilton, e o ex-Secretário Executivo, Ricardo Leyser, que foram ouvidos — o Ricardo Leyser em audiência e o ex-Ministro em oitiva — acerca justamente da não obtenção do Plano de Legado, especialmente ante as diversas determinações do TCU. E, de



acordo com esse acórdão recente, não foram acatadas as defesas. Inclusive foi aplicada multa a esses dois responsáveis.

Além disso, no mesmo acórdão, o Tribunal determinou internamente que a Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU organize um evento para discussão das ideias, dos planos e das ações referentes ao Plano de Legado. Há uma série de entes que devem ser envolvidos nessa discussão, e eu credito toda essa iniciativa do TCU à grande atenção que o Ministro Augusto Nardes vem dando aos aspectos de governança, principalmente através das visitas que ele fez ao Rio e das constatações a que chegou sobre a não utilização e a não expectativa de utilização das arenas.

Foi determinado ainda que o Ministério do Esporte e a Prefeitura do Rio apresentassem em conjunto um plano de contingência, um plano emergencial, para que não haja nenhum dano às arenas.

Nós tiramos do nosso acompanhamento os processos de controle do Tribunal referentes a essas arenas. Quem vem acompanhando, na verdade, é a SECEX-RJ, nossa unidade técnica no Rio de Janeiro. Ela mantém esse acompanhamento. Ela foi autora dos relatórios que foram apreciados nesses acórdãos todos. E eu acompanhei muito de perto esses trabalhos, porque, até o final de 2016, eu atuava junto ao Ministro Nardes, fazendo um trabalho técnico de consolidação de várias fiscalizações do TCU sobre os Jogos Olímpicos, entre elas as ações das arenas para o Legado.

Então, tiramos desses processos algumas informações atuais. Como já foi visto, foi criada a Autoridade de Governança do Legado Olímpico — AGLO bastante recentemente. Destaco que as ações do Tribunal tiveram como responsáveis gestores da gestão de até meados de 2016, ou seja, do Governo anterior. Nós podemos até testemunhar que a equipe que entrou posteriormente realmente se empenhou bastante para o desenvolvimento de um plano de legado. Foi realizado um plano preliminar que o Tribunal ainda está analisando, mas em princípio ainda preliminar, tanto que, nesse último acórdão, o Tribunal determinou à SECEX-RJ que prossiga ao exame da documentação que já foi entregue. Ainda não se conseguiu concretizar um Plano de Legado, mas essa equipe nova que entrou conseguiu efetuar alguns estudos, enquanto os gestores anteriores não conseguiram



apresentar nada muito substancial — daí por que eles foram, inclusive, multados pelo Tribunal.

Então, as notícias atuais referem-se à criação da Autoridade de Governança do Legado Olímpico. Isso consta nesse último relatório que embasou o Acórdão nº 494, de março de 2017. O Tribunal permanece monitorando a situação. A equipe do Rio de Janeiro continua monitorando todas essas ações, inclusive a atuação dessa nova autoridade criada.

Em relação à situação da arena, o que temos está também registrado nos relatórios do TCU. Havia um termo assinado pela Prefeitura com a União — e também termos com a Caixa Econômica — para a execução e financiamento das obras no Rio de Janeiro e o posterior uso dessas arenas pela Prefeitura daquele Estado. Embora o Governo da União tivesse repassado alguns valores, isso foi objeto de alguns questionamentos do TCU, uma vez que, se o Ministério do Esporte repassou recursos para a Prefeitura construir as arenas no terreno dela, Prefeitura, qual seria o retorno para a União? Esse retorno deveria ser o direito de uso dessas arenas dentro dos programas de esporte da União. Isso tudo são coisas que estamos acompanhando.

Então, atualmente, esses termos e condições de uso do legado pela Prefeitura foram alterados. Como já foi mencionado aqui, a Prefeitura assinou um termo de cessão com a União, transferindo a responsabilidade de uso e manutenção dessas arenas para a União — daí por que a União tomou a providência da criação dessa nova autoridade de governança para dar conta dessa nova tarefa. Na verdade, é uma tarefa nova, mais pesada, mas já se esperava que a União participasse de alguma forma das ações da Prefeitura para uso das arenas, porque, como mencionei, o Tribunal tinha a preocupação de esse uso existir efetivamente, uma vez que foram empregados recursos da União.

Atualmente, as arenas da Barra da Tijuca estão sendo mantidas de alguma forma, através de um contrato de manutenção que foi firmado pela Prefeitura. Porém, havia um contrato já firmado anteriormente, que durou até o final do ano passado e, posteriormente, a Prefeitura firmou um novo contrato provisório de manutenção, e esse contrato ainda está durando até o momento, ou seja, pelo que



sabemos, as instalações estão sendo mantidas, ainda que não haja o Plano de Legado.

A Prefeitura está pagando a manutenção na Barra da Tijuca. Em Deodoro, a União está pagando pela manutenção, por meio da transferência de alguns valores da União para o Ministério da Defesa, que vem realizando a manutenção das áreas, com exceção do Parque Radical, que continua sob responsabilidade da Prefeitura, que engloba a pista de canoagem e a pista de ciclismo. E as instalações dentro da área militar estão sendo utilizadas pelo Exército, que está dando manutenção através de um ajuste que foi feito com a União, e ele vem recebendo recursos para isso. Até agora sabemos que são 50 milhões de reais para 2017.

Neste eslaide se encontram alguns quadros sobre as despesas dos jogos. Depois os senhores poderão analisá-los com mais calma. Este quadro mostra a Matriz de Responsabilidades, que é o principal instrumento definidor das ações — quem são os responsáveis e quais são os valores. Destaco que a última atualização dessa matriz foi feita em agosto de 2016. O Tribunal vem buscando informações e até o momento não houve atualização. Sabemos que existem ajustes a serem feitos nesses valores. Sabemos que a Prefeitura está devendo informações com relação à finalização desses contratos. Ainda não foram feitos todos os repasses da União para a Prefeitura, especialmente em função dessa falta de informações. E a Caixa Econômica, como operador financeiro, ainda vai fazer análise desses dados e avaliar o que é e o que não é devido. O Tribunal continua acompanhando essa situação.

Aqui novamente há uma consolidação dos gastos dos jogos: Matriz, Comitê Rio e Políticas Públicas, destacando a Matriz no valor de 7 bilhões e 94 milhões de reais, sendo que desses nós temos 2 bilhões e 137 milhões de reais de recurso da União.

Finalmente este é um quadro que nós apuramos num processo de solicitação do Congresso Nacional acerca de despesas dos jogos. Nós apuramos que, no caso da União, além dos 2 bilhões 137 reais gastos na Matriz de Responsabilidade, houve gastos na ordem de 4 bilhões, 170 milhões em várias situações que não foram ainda publicadas. Existem processos do Tribunal propondo determinação ao



Ministério do Esporte que dê transparência a esses gastos que não foram divulgados.

Agradecemos e ficamos à disposição de perguntas que os senhores queiram fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado, Sr. Augusto Gonçalves Ferradaes pela exposição.

Quero já passar a palavra ao Sr. Leandro Mitidieri Figueiredo, Procurador da República, Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro.

São 10 minutos para a sua exposição.

O SR. LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Boa tarde a todos!

Cumprimento o Exmo. Deputado Presidente da Mesa e os demais Deputados, o Exmo. colega do Ministério Público Estadual, os professores integrantes dos órgãos de controle e os demais convidados.

Eu queria fazer uma explanação rápida da atuação do Ministério Público Federal, na questão das Olimpíadas. Nós criamos um grupo de trabalho no âmbito do Núcleo de Combate à Corrupção na Procuradoria da República do Rio de Janeiro, mas é um grupo de trabalho da Procuradoria-Geral da República.

Então, tivemos várias frentes de atuação no tema das Olimpíadas. Tivemos a Operação Nemeus, que tratou da questão das Confederações no Rio; depois tivemos recentemente uma atuação em São Paulo também, uma nova operação; tivemos a Operação Bota-Fora, que também tratou de uma questão de resíduos nas obras das Olimpíadas.

Temos outra frente de atuação, legado também, que é a questão da despoluição da Baía de Guanabara. Há uma reunião agora marcada para a semana que vem, tentando concluir a questão das estações de tratamento de esgoto, porque o legado da despoluição ficou muito aquém do prometido. É uma situação absurda.

Tivemos também uma atuação muito problemática na questão da transparência, desde o início, quando nós pedíamos a transparência na divulgação dos dados das obras, em especial, não aqueles documentos mais formais, mas o projeto executivo da obra para nós sabermos exatamente o que estava sendo executado. Tivemos recomendações e requisições neste sentido.



Tivemos uma ação civil pública neste tema de transparência, exigindo do Comitê organizador a abertura de todas as suas contas, que era um problema que o TCU também enfrentava, algumas outras investigações enfrentavam, e o Comitê até hoje ainda apresenta alguns problemas na divulgação das suas contas, dos seus detalhes.

Por fim, chegamos à questão do legado, não o legado ambiental, mas o legado mais específico do tema desta audiência pública, o das instalações, em que também começamos recomendando a apresentação do Plano de Legado. Ele é algo que... Quando o País tinha se candidatado, já tinha que ter um programa do que ia fazer com essas instalações caríssimas.

É um problema já recorrente em todos os Países que sediaram eventos desse tipo. Já vínhamos da experiência da Copa, enfim, mas acompanhamos junto com o TCU. O GT começa em 2015. O TCU, como bem explanado, já desde 2013 fazia esse acompanhamento.

Chegando à véspera do início dos jogos, simplesmente o documento... Não é um documento fictício, é um documento que está previsto na Lei do Ato Olímpico, é um documento exigido por lei. Eram o Plano de Legado e outro mais específico chamado Plano de Uso do Legado. Nenhum dos dois, na véspera de iniciar os jogos, depois de muitas tratativas, tinha sido apresentado.

As manifestações eram: *“É, mas na entrevista tal eu falei o que eu ia fazer com o Parque Olímpico. No site tem o que nós íamos fazer com a piscina”*. Mas não havia um documento para hoje, inclusive, nós estamos debatendo em termos mais palpáveis o que era prometido e o que não aconteceu.

Então, entramos com outra ação civil pública. Deferida a liminar pela Justiça Federal de Primeira Instância no Rio de Janeiro, um dia antes de começar o jogo, na verdade, no dia de início dos jogos, foram finalmente apresentados vários documentos. Também o Ministério Público está com o mesmo entendimento do TCU de que não são exatamente os documentos exigidos pela lei.

É uma questão que acaba até perdendo o sentido, não perdendo o sentido na parte de apuração de responsabilidades, porque houve realmente certa negligência em tratar de um tema tão importante, mas perde o sentido na medida em que, se nós observarmos os documentos... Eu até posso fornecer aqui todos os documentos



da ação, que é pública, mas é um processo eletrônico, não sei se a Comissão teve acesso a todos os documentos apresentados como Plano de Legado.

Mas por que teria perdido um pouco o sentido? Porque a maioria das grandes questões ali era apontada como a grande solução: um edital de parceria público-privada, em que a iniciativa privada — era dito isso já bem antes dos jogos e foi repetido nos documentos oficiais — viria com as grandes soluções, iria solucionar todos os problemas. Teria um custo-benefício, iria gerir... Há uma listagem — eu não vou ter tempo aqui de colocá-la — por instalação, o que a iniciativa privada iria gerir, arcar e arranjar um jeito de gerar lucro, que é o que norteia a iniciativa privada.

Nós acompanhamos, junto com o TCU. E em dezembro, houve esse fracasso dessa ideia de uma iniciativa privada que iria resolver todos os problemas.

A questão, então, chega e é entregue dessa forma abrupta à União. O Município entrega todas... Eu estou falando especificamente das obrigações e responsabilidades que eram do Município nessas instalações, tema da audiência pública. Ele as entrega para a União.

Então, fizemos uma visita já com esta brava equipe que está nessa luta, que recebeu esse verdadeiro pepino. Estivemos lá, em meados de março, para visitar todas as instalações, e pedimos todas as informações dos projetos.

Agora a questão é bem clara: nós temos um interstício em que essas instalações ficaram paradas, e isso tem um custo, sim. Um grande exemplo é a questão do velódromo, que precisa, como visitamos, de um ar condicionado numa temperatura muito alta, ao contrário, muito baixa, e isso tem um custo. Até pedimos um estudo sobre custos, a nova equipe já o apresentou.

Nós nos deparávamos, até pouco tempo, com uma situação, muito bem descrita pela própria equipe, de uma área que era administrada por cerca de 300 pessoas e tinha passado a ser administrada por 30 pessoas, sendo que só 5 eram exclusivas para atuação nas instalações.

Recebemos a notícia da publicação no Diário Oficial, agora em 30 de março de 2017, de uma medida provisória criando 95 cargos, sendo 18 já preenchidos, e uma perspectiva de, no máximo, 55 serem preenchidos.

Nós estamos — essa é a grande discussão aqui no Parlamento — em um momento de desmantelamento total do Estado em todas as áreas. E aqui é preciso



registrar: eu não vejo como nós vamos administrar um legado, principalmente agora em que não há essa solução mágica, anunciada pelo Município do Rio, sem uma equipe, sem Estado.

Nós observamos, nos outros Países que sediaram e também em outras questões de serviços públicos, que não há mágica. O serviço público é prestado por meio de servidores públicos, por meio de estrutura, por meio de Estado.

Então, temos esse dilema em que a situação começa a melhorar com 18 pessoas, mas estamos muito aquém do que nós precisamos para transformar esse legado no que nós estamos esperando. Então, houve essa transformação de APO, nós temos agora essa AGLO, nessa questão de gestão.

São dois pontos para terminar esta primeira intervenção. Em primeiro lugar, o Ministério Público Federal defende que essa discussão... Eu acabei de conversar isso com os representantes do Ministério do Esporte e insisto neste ponto.

Essa definição do que nós vamos fazer com as instalações, principalmente neste momento, para mim, deve começar a ser uma discussão participativa. Aqui é um evento desse tipo.

O Ministério Público está realizando uma audiência pública, no dia 22 de Maio, para discutir o Legado Olímpico Participativo, porque nós tínhamos a experiência anterior de uma coisa fechada, que a pessoa não sabia. Era uma discussão muito mais norteada pelo aspecto lucrativo da questão como era, inclusive, um modelo já bem conhecido disso ser discutido com as empresas privadas.

Nós estamos propondo, pedindo um espaço para que sejam consideradas as propostas de outros representantes da sociedade civil. Então, nós temos, trabalhando junto com o Ministério Público Federal, o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

A atual administração já vem conversando com a UERJ, apesar de a Universidade passar por uma situação de total desmantelamento, mas há um acordo de cooperação. Há também, é claro, as discussões com as confederações.

E, para fechar, falando em confederações, é algo que eu acho que o Parlamento poderia discutir, para nós fazermos alguma coisa bem produtiva, para uma reunião aqui no Poder Legislativo.



É o seguinte: pela Lei Agnelo Piva, já encerrando, hoje, o COB recebe 300 milhões. Já administra o Parque Aquático Maria Lenk, lá no Rio de Janeiro que, diga-se de passagem, é até uma obra problemática, está na Operação Saqueador como crime antecedente de uma lavagem, enfim.

Hoje, a administração do Maria Lenk está sendo feita pelo COB, está em bom estado de conservação, talvez devesse ter mais utilização, principalmente uma utilização mais cidadã, mais democrática, da população.

Então, nós pensamos, acho que é uma ideia que o Ministério do Esporte também vislumbra, com essa verba do COB, talvez como alteração da Lei Agnelo Piva — não veio na MP essa alteração — que o COB participe direta ou indiretamente, com autorização legislativa ou incluindo nas suas atividades, da administração de algumas dessas instalações. Isso para lançar uma ideia que, talvez, exija uma alteração legislativa.

Porém, existem outras propostas e nós pretendemos discutir isso num legado olímpico participativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ezequiel Teixeira) - Muito obrigado ao Sr. Leandro Mitidieri Figueiredo, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, pela sua exposição.

Registro a presença do nobre Deputado Edinho Bez, um eterno membro da Comissão de Esporte, representante de Santa Catarina. Muito obrigado, Deputado Edinho Bez.

Convido, neste momento, a Sra. Cláudia Ribeiro Pereira Nunes, Doutora em Direito, especialista em Direito Público fazer a sua exposição. Enquanto ela se prepara, convido o meu colega, nobre Deputado Leo de Brito para assumir a Presidência desta audiência pública. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Com a palavra a Dra. Cláudia Ribeiro Pereira Nunes.

A SRA. CLÁUDIA RIBEIRO PEREIRA NUNES - Boa tarde. Muito obrigada pelo convite.

Eu faço parte de um grupo de estudo que já efetivamente tem alguns trabalhos redigidos, tanto na plataforma SciELO quanto também totalmente publicado dentro de um grupo de pesquisa chamado ATINER, que funciona na



Grécia e trabalha com toda parte relacionada às Olimpíadas. Nosso trabalho, desde o início da apresentação desta medida provisória, foi fazer um estudo sobre ela, que, de alguma forma, pudesse contribuir com algumas ideias para a discussão desta audiência pública.

No inciso II do art. 1º desta medida provisória, existe a indicação de um modelo de gestão sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental. Até pelas pesquisas de campo que foram feitas visualizando as arenas, nós chegamos à conclusão de que talvez fosse necessário algum planejamento específico com relação a uma divisão entre atividades de alto rendimento e atividades que não são de alto rendimento.

As atividades de alto rendimento estão especificamente em 28 modalidades esportivas. Os demais esportes ficariam justamente vinculados às chamadas outras manifestações desportivas. Nós vislumbramos que, na verdade, há um grande interesse na discussão das atividades de alto rendimento. As chamadas outras manifestações desportivas foram um pouco afastadas dessa discussão, e nós acadêmicos queremos inseri-la no sistema.

Todos os equipamentos, como são chamados, tanto se prestam a atividades de alto rendimento quanto a outras manifestações desportivas. O inciso I do art. 1º desta MP determina que, de alguma forma, a Autoridade de Governança do Legado Olímpico — AGLO deve viabilizar a adequação e a manutenção e utilização de instalações esportivas olímpicas e paraolímpicas destinadas a ambas as atividades.

Então, nós sentimos um pouco que as informações do *site* do Ministério do Esporte infelizmente ainda não estão completas e que falta acesso à comunidade e à sociedade. Outro detalhe com o qual nós também podemos contribuir para a discussão se refere ao inciso III do art. 1º, que estabelece parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura destinados à melhoria, à exploração da utilização das instalações esportivas.

Dentro do grupo, nós temos um especialista em fomento, o Dr. Fernando Rangel, que, durante anos, trabalhou para a GV e outras instituições de fomento. Ele traz, em um trabalho que nós temos na plataforma Scielo, que os fomentos se dividem em três estruturas: primeiro, subsídio; segundo, subvenção; terceiro, justamente financiamento de crédito.



Na verdade, talvez fosse necessário não apenas a PPP — Parceria Público-Privada, mas outro tipo de indicação, por protocolo de intenção. Londres, que foi um exemplo citado desde 2012, é objeto de estudo por todos os pesquisadores, é claro. Lá há um detalhe importante de ser pontuado dentro desse sistema. Eles inventaram um protocolo de intenções, um documento de patrocínio, por meio do qual alguns canais de televisão eram indicados.

A título de exemplificação, vamos supor que a Nike se interesse por um equipamento. Mas ela não quer o equipamento, como justamente lembrou o Procurador da República, se não tiver algum tipo de lucratividade. Nada melhor do que uma diminuição dentro de uma atividade de marketing, que é sempre caríssima para qualquer instituição.

Então, dentro desse protocolo de intenção, o Governo, como coordenador dessa atividade, faz um link entre a iniciativa privada, os canais de televisão que se interessariam efetivamente pela cobertura de algum evento, para que o patrocinador viesse a fazer a exploração. Isso diminui o orçamento da empresa no que se refere ao marketing e ajuda, de alguma forma, a que todos tenham, satisfação dentro daquele projeto de megaevento esportivo, afinal, se vai acontecer uma atividade como vôlei de praia, e no âmbito internacional, isso satisfaz uma *ESPN*, isso satisfaz uma TV, seja ela *Globo*, *Record*, *Rede TV*... Não importa qual televisão nacional, ou qual televisão internacional justamente poderia ter feito. Agora, o interessante é que é dentro de um protocolo de intenções, não dentro de um acordo PPP.

Isso, de alguma forma, coloca a posição do Governo como coordenador das atividades e, ao mesmo tempo, consegue apresentar aos demais participantes daquele protocolo de intenção uma forma em que eles conseguem manejar a iniciativa privada, e fica, o Estado, na forma de coordenador.

Isso trouxe uma tranquilidade à equipe de Londres, então, pode ser que tenhamos condição de utilizar isso. É claro que nós, acadêmicos, ainda não entramos em contato com nenhuma rede de televisão, vou logo pontuando isso, mas não há por que não entrar em contato, para nós até sabermos, dentro de um estudo de caso, se isso seria possível ou não.



Normalmente, trabalhando em forma de perguntas, em forma de questionário semiestruturado, conseguimos uma resposta, e poderíamos contribuir, justamente, com a AGLO.

Outra situação também que nós visualizamos é que, efetivamente, essa emenda complementar traz no seu anexo uma redução muito necessária, efetivamente, dentro do nosso Estado. Nós estamos num momento de início de crescimento, mas é sempre muito difícil nós termos um gasto muito alto dentro de uma autarquia Federal que agora está começando a se estruturar. Então há, efetivamente, um critério de economia.

Infelizmente, esse trabalho ainda está em análise. Nós estamos verificando se, efetivamente, 55 cargos administrativos seriam ou não adequados para uma situação de coordenação. No caso de efetivação, já não seriam mesmo, eu vou concordar com o ilustre Procurador da República, mas para uma situação de coordenação, se são ou não são, eu ainda não posso dar o xeque-mate, eu ainda não posso falar, porque o que importa são as estatísticas e os números.

Mas existe um detalhe importante: na verdade, o art. 11 permite que tenhamos o direito, de alguma forma, de solicitar o apoio de outras entidades. Seria uma forma, por exemplo, de termos mais um grupo de trabalho na qualidade de colaborador de outros ministérios, de outras autarquias que no caso tenham, obviamente, algum vínculo. Seria, sim, interessante e possível essa situação. Isso aumentaria o *staff* sem comprometer, efetivamente, com gastos. Isso já está estruturado.

E, sim, outro detalhe no qual eu vou concordar com o ilustre Procurador da República, é quando lemos o art. 5º, que fala sobre receitas da AGLO, vemos que se estabelece no inciso II que constituem receitas da AGLO os recursos provenientes de convênios, acordos firmados, contratos e nós temos entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais. Então, por que não fazer um acordo com o COB, com o COI, com todas as entidades que, de alguma forma, foram envolvidas na atividade, na prática olímpica, no momento dos jogos? De uma forma ou de outra, todas elas participaram e já conhecem a estrutura, conhecem os equipamentos, conhecem as dificuldades de manter os equipamentos, porque



quando eles são adquiridos, quando são instalados, nós temos que ter um plano de instalação.

Então, isso até facilitaria para poderem quantificar a receita necessária para que esses equipamentos fossem utilizados para o bem-estar da população brasileira e atendessem, com isso, a diretriz do inciso III e do inciso II, que estabelece a gestão sustentável. Então, há até viabilidade, de acordo com Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017. Eu acho que já existe, inclusive, um preceito que se ajusta às necessidades, que seriam adequadas para que pudéssemos fazer isso.

Ainda há o detalhe importante de que o art. 15 diz que poderá ser dispensado o chamamento público de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Isso também vai facilitar a integração dessas entidades internacionais e nacionais que já fizeram parte da atividade dos Jogos Olímpicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado à Dra. Cláudia Ribeiro Pereira Nunes.

Concedo a palavra, pelo tempo de até 10 minutos, ao Sr. Rodrigo Gouvêa Gomes de Carvalho, Gerente de Projetos da Assessoria Especial de Projetos do Ministério do Esporte.

O SR. RODRIGO GOUVÊA GOMES DE CARVALHO - Boa tarde a todos, Deputados, Presidente da Mesa, eu acho que o Presidente Paulo Márcio já falou bastante sobre o legado. Eu venho acompanhando isso desde o início e depois, no grupo de transição que nós implantamos para receber o Parque Olímpico. Mas desde o início eu venho acompanhando isso. Eu acho que ele já explanou bem sobre o assunto.

Nós conseguimos entregar, só a título de exemplo, na primeira fase do Plano de Legado, nós assumimos o Ministério em maio e o entregamos em 60 dias, 58 dias. Fizemos um trabalho hercúleo para apresentar aos órgãos de controle e à sociedade esse documento que foi tão importante.

Já vinha sendo desenvolvido pela Prefeitura, quando nós assumimos o Ministério, um PMI que levantou todas as informações sobre a PPP, desde 2015. Então, não havia mais como o Ministério se envolver diretamente nesse assunto, porque isso poderia até atrapalhar as tratativas, que já estavam bem avançadas.



Nós vínhamos acompanhando todos os desdobramentos da PPP de perto, em contato com o Tribunal de Contas. Quando a Prefeitura nos comunicou, no final de dezembro, sobre a PPP não haver sido concluída, não houve outra forma a não ser assumirmos a gestão do Parque.

A partir dali, foi desenvolvido um trabalho para a realização de eventos e para a detecção de situações envolvidas no parque. O Presidente Paulo já explanou bem sobre o que vem sendo feito desde lá.

Eu acho que essa é a contribuição. O trabalho que está sendo desenvolvido tem tempo de maturidade, essa maturidade já tem um planejamento operacional até 2019 pela AGLO. Acho que agora é questão de tempo para as coisas acontecerem. Essa medida provisória, como bem falou a Dra. Cláudia, foi bem estudada, já antecipava todos os problemas com as soluções que nós víamos que seriam as melhores para o Legado. Nós tentamos de todas as formas nessa medida provisória buscar as melhores soluções. Deu para ver que tem bastante coisa que busca a eficiência do Legado.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Deputado Silvio Torres está aqui substituindo o Deputado Leo que foi votar. Nós estamos em processo de votação.

Eu acho que da mesa todos já falaram. Vou passar a palavra ao pessoal que está na bancada. Começaria com o Sr. Rogério da Costa Pimenta, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro.

O SR. ROGÉRIO DA COSTA PIMENTA - Obrigado, Deputado. Boa tarde a todos. Boa tarde, Paulo Márcio, nosso companheiro Rodrigo, estou aqui representando o Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer do Rio de Janeiro. A Prefeitura do Rio de Janeiro, ao assumir a nova gestão, também dividindo aqui com a Autoridade de Governança do Legado Olímpico o espaço que nos ficou determinado após a cessão do Parque Olímpico para a União, a Prefeitura ficou com a Arena 3 e o parque Radical de Deodoro como parte do Legado.

Na Arena 3, não sei se todos os senhores conhecem, ficou uma das instalações que dentro do plano de Legado seria construído um Ginásio Experimental Olímpico, um modelo de escola que a Prefeitura do Rio de Janeiro



desenvolveu, que desenvolve atividades acadêmicas esportivas em horário integral. Dentro do equipamento esportivo olímpico teria também essa escola, o Ginásio Experimental Olímpico.

No entanto, ao nos depararmos com a situação estrutural dos demais equipamentos esportivos sociais da Prefeitura — são 24 equipamentos esportivos conhecidos como vilas olímpicas, até uma contradição já que vila olímpica é o local onde os atletas dormem, mas pelo senso comum ele ficou conhecido como vila olímpica —, identificamos que dentro do processo de formação de atletas, de cidadãos, a partir do esporte como uma ferramenta de educação, nós precisávamos também otimizar um equipamento esportivo dessa natureza do Legado Olímpico para ter o que o ilustre Procurador fala sobre a participação cidadã de fato no uso desses equipamentos.

Há sempre o dilema de que o uso é para o alto rendimento, o alto rendimento caracterizado como o esporte de competição no seu mais alto grau, ou seja, os atletas que representam internacionalmente o Brasil, ou se o uso é para a sociedade como um todo. Como fazer um modelo híbrido que possa atender o esporte de alto rendimento e também a sociedade ser contemplada com um investimento de montante tão alto?

Então, nessa linha, nós identificamos a necessidade de com esses 23 equipamentos existentes na cidade conseguimos ofertar, democratizar o acesso à atividade física para a população de áreas de vulnerabilidade social. No entanto, o desenvolvimento esportivo é muito acanhado porque ele fica na fase inicial. Não há formação de base de atletas, visto que os clubes sociais que sempre desenvolveram isso historicamente no País vêm enfrentando problemas de diversas ordens, em especial gestão e financeira.

Então, nós identificamos a necessidade de criar, associado a um programa que o Ministério do Esporte já desenvolve, a Rede Nacional de Treinamento, de transformar três desses equipamentos vilas olímpicas em polos de desenvolvimento regionais, para que possamos ter um degrau acima dessa estrutura de iniciação esportiva e nesses polos começarmos a trabalhar o desenvolvimento do atleta de base e culminar com um centro de excelência que seria a Arena 3.



Então, a Arena 3, além dos eventos esportivos em parceria com as federações, confederações e entidades esportivas nacionais e internacionais, funcionaria também como um centro de treinamento para esses atletas oriundos da periferia e com uma escola da Prefeitura que teria essa característica de ser Ginásio Experimental Olímpico, no qual se desenvolve além da atividade esportiva a atividade acadêmica.

Para isso, estamos, além da necessidade imediata de continuidade e adaptação, como falou o Paulo Márcio, de um modo jogo para o modo Legado, para o modo social, esse modelo híbrido de atuação, pretendemos dividir as quadras em três quadras para utilização simultânea. Já estamos com parcerias avançadas com algumas federações para que possam ter esse uso, arcando com parte dessa estrutura.

Estamos buscando um modelo junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, um modelo no qual possamos desenvolver talvez com uma universidade um curso de formação para ter a continuidade de trabalho dentro dessa estrutura esportiva, com cursos não só ligados à área esportiva, mas também a outras frentes.

Sobre o Parque Radical de Deodoro — vou depois passar a palavra ao Maurício Pinto, o professor gestor da Arena 3 —, eu queria dar uma passada rápida. Esse é um equipamento também muito complexo. Estamos em um processo licitatório para fazer um contrato de gestão para a operação do equipamento, vislumbrando a possibilidade de atuar tanto na área social quanto na área de rendimento e, simultaneamente, estamos em entendimentos com a Confederação Brasileira de Canoagem, para que ela busque via Lei de Incentivo ao Esporte Estadual- ICMS e com os seus patrocinadores um modelo de sustentação para manter o alto rendimento treinando e ao mesmo tempo ter atividade social para o entorno daquela região.

Esse é o desenho que nós estamos propondo. Eu queria agora passar a palavra ao Maurício, que conhece com detalhes o acompanhamento da Arena 3 e pode dar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Sr. Rogério, a Mesa é que vai passar a palavra.



O SR. ROGÉRIO DA COSTA PIMENTA - Desculpe. Tinham orientado que era a divisão do nosso tempo. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Tem a palavra agora o Sr. Maurício Mendes Pinto para falar no tempo restante.

O SR. MAURÍCIO MENDES PINTO - Eu vou levantar porque eu sou professor de Educação Física, eu não consigo ficar sentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - O senhor pode falar aqui da frente.

O SR. MAURÍCIO MENDES PINTO - Primeiramente quero agradecer aos Deputados, a todas as instituições presentes. Como professor de Educação Física é um dia feliz, porque vivemos todo esse momento em 2009 quando fomos escolhidos para ser sede das Olimpíadas. Eu estava na escola em Padre Miguel dando aula. Sabia que se não tivéssemos uma ação como essa, articulada entre as instituições e um sério trabalho, não íamos conseguir construir um projeto de legado, como o que estamos propondo agora.

Como o Rogério falou, essa parceria entre a Prefeitura e o Ministério no desenvolvimento da rede municipal de treinamento é um modelo que pode se expandir para o Brasil. Essa experiência do Ginásio Experimental Olímpico é um sucesso, vários Parlamentares, outros Municípios já conheceram o modelo e estão querendo levar esse modelo para outros Municípios.

Então, há uma alegria muito grande em saber que há tanta gente, tanta instituição preocupada em fazer isso realmente acontecer, porque muitas vezes o esporte fica só na boa vontade do professor de Educação Física, só na boa vontade de uma pessoa que gosta do esporte, mas não temos uma ação estruturada para desenvolver um projeto que tenha continuidade.

O Ministério e o Comitê Olímpico do Brasil entendem muito dessa parte do alto rendimento, mas, durante muito tempo, deixamos a formação de base. Na verdade, não existe formação de base no Brasil. Eu acho que esse modelo que nós temos a oportunidade de desenvolver no Parque Olímpico, por conta de ser no Rio de Janeiro, com os equipamentos, com as 24 vilas olímpicas e com o Parque Olímpico, pode ser expandido para o Brasil e pode se tornar uma referência de formação verdadeira do esporte, porque hoje em dia todo mundo diz que qualquer



projeto social é de formação, mas não existe uma estruturação, um processo claro e um acompanhamento de resultados que as crianças possam se beneficiar disso.

Então, quero agradecer mais uma vez a todos e dizer que estamos à disposição para mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Agradecemos ao Sr. Maurício Pinto, assim como ao Sr. Rogério Pimenta.

Vou passar a palavra agora à Sra. Liana Barros Cardozo de Sant'Ana, Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania do Ministério Público do Rio de Janeiro. Consulto a Dra. Liana se V.Sa. gostaria de falar aqui na frente, sentada. Como que V.Sa. se sentiria mais confortável? V.Sa. pode falar daqui com o microfone. Fique à vontade.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. LIANA BARROS CARDOZO DE SANT'ANA - Boa tarde a todos, meu nome é Liana Cardozo, como já foi dito na apresentação, sou Promotora de Justiça no Estado do Rio de Janeiro e eu trouxe essa pequena apresentação a título apenas de ilustração, para que os senhores entendam como foi a atuação do Ministério Público desde o momento de preparação das Olimpíadas, mais ou menos dois anos antes da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio de Janeiro.

O Ministério Público instaurou um inquérito civil para acompanhamento das ações e projetos destinados à realização dos jogos. Todos que acompanharam a realização das Olimpíadas sabem que existiam projetos essenciais aos jogos e outros não classificados como essenciais. Por exemplo, o Plano de Políticas Públicas, no qual foi inserida, a título de exemplo, a despoluição da Baía de Guanabara, colocada pelo meu colega do Ministério Público Federal, não era classificado como essencial, era apenas uma política pública no sentido de criar uma infraestrutura que depois seria deixada para a cidade a título de legado, mas não era um legado essencial.

Então, a nossa apresentação vai se concentrar basicamente no que nós realizamos em termos de estruturas essenciais, até para nós termos um recorte aqui mais específico.



Dentro desse inquérito, que podemos apelidá-lo aqui de inquérito mãe, nós reunimos informações sobre, por exemplo, as grandes obras de infraestrutura de responsabilidade do Estado ou do Município do Rio de Janeiro, para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Uma vez identificado qualquer indício de irregularidade aos elementos relacionados a essas possíveis irregularidades, eles eram, então, extraídos desse inquérito base para formulação de novos expedientes no bojo dos quais as investigações seriam realizadas e, eventualmente, as medidas cabíveis poderiam ser adotadas.

Esse inquérito base, cujo número está identificado ali, não teve um viés investigativo, mas apenas um viés de acompanhamento, que é algo um pouco atípico, mas também é atípica a realização de um evento desse porte, numa cidade como o Rio de Janeiro. Então, foi a metodologia que o Ministério Público do Estado utilizou para acompanhar isso.

Bom, dentro desse mecanismo, uma vez realizados os jogos, as situações envolvendo possíveis irregularidades ligadas ao legado olímpico, irregularidades relacionadas, por exemplo, à utilização de recursos públicos na construção de obras e malversação de recursos pelo abandono de instalações, etc. — cuja responsabilidade está atribuída, pelo menos no momento inicial porque agora, recentemente, houve uma reformulação disso, eu acho que, dentro desse recorte, ao Município ou ao Estado — ficariam, então, tramitando em expedientes autônomos, aí sim, de caráter investigativo.

Aqui há uma breve identificação de alguns desses expedientes. Eu não acho que seja muito útil nós conversarmos sobre cada um deles agora, até porque isso não é muito pertinente para este momento, mas eu quis só apontar para que V.Exas. pudessem ter ciência disso.

A apresentação do PowerPoint fica, então, à disposição; os inquéritos públicos que estão identificados aqui não têm caráter sigiloso, de forma que qualquer interessado, qualquer autoridade envolvida, ou que justifique o interesse, pode, inclusive, solicitar vista ou cópia para ter conhecimento.

Eu suponho que o maior benefício desse encontro efetivamente é a troca entre as autoridades e entes envolvidos, inclusive dentro do viés acadêmico. Acho



que a responsabilidade adotada foi muito grande, algo sem precedentes, efetivamente, para nossa cidade e para o Brasil inclusive, porque nem a Copa do Mundo chegou a assumir as proporções de investimento público que a Olimpíada exigiu. E agora nós precisamos, de alguma forma, gerenciar esse investimento público, sob pena de cairmos em malversação do recurso público, o que é algo profundamente grave, que pode gerar, inclusive, ações de improbidade administrativa, etc.

Então, eu prefiro, inclusive, encerrar a minha exposição inicial por aqui, dando a oportunidade a todos. Se houver interesse em nós voltarmos a conversar, há lá, inclusive, os contatos para essa finalidade. Eu me coloco aqui à disposição da Mesa e de todos os presentes para qualquer outro questionamento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LIANA BARROS CARDOZO DE SANTA'ANA - Há expedientes que foram instaurados em 2017 relacionados ao legado, justamente porque após as Olimpíadas é que começamos a tratar de legado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - V.Sa. dispõe ainda de 5 minutos.

A SRA. LIANA BARROS CARDOZO DE SANT'ANA - Eu nem vou usar todo esse tempo, mas ele fez uma pergunta que foi pertinente, acho que vale a pena esclarecer o seguinte: a nossa atuação foi um pouquinho diferente da atuação de colegas do MPF justamente porque não houve um viés muito voltado a acompanhamento e fomento de ações de caráter mais abrangente. Especificamente, a nossa atribuição é mais recortada em termos de Município do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro.

Então, essa atuação do MPF, que eu considero muito pertinente e, inclusive, complementar à nossa, ou vice-versa, é, claro, conjunta uma com a outra, no sentido de produzir bons resultados, é um pouquinho diferente. Há as ações que o Dr. Leandro mencionou, inclusive ações judiciais, mas, no nosso caso, o recorte é muito mais investigativo e de responsabilização na eventualidade de efetivamente ser identificada algum tipo de irregularidade.

Obrigada, Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Torres) - Nós é que agradecemos à Dra. Liana.

Passamos a palavra agora à Dra. Adriana Salgado, que é Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas Municipal do Rio de Janeiro.

V.Sa. também fique à vontade, pode ficar onde se sentir mais confortável.

(Segue-se exibição de imagens.)

A SRA. ADRIANA ARINELLI FERNANDES SALGADO - Obrigada. Boa tarde, Deputados, boa tarde a todos os presentes.

O Tribunal de Contas do Município fiscalizou as obras de construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e de Deodoro. Nós vamos falar um pouquinho sobre esse acompanhamento das obras e sobre o acompanhamento posterior aos jogos. Uma vez que a PPP do Parque Olímpico foi uma obra realizada com recursos municipais, ela previa os serviços também de manutenção do Parque Olímpico pós-jogos. Então, nós continuamos com essas visitas.

Essa comissão foi formada para fiscalizar as obras, e ela continuou fazendo as visitas para fiscalizar o serviço. Então nós temos ido regularmente ao Parque Olímpico. A ideia, então, seria mostrar para os senhores uma foto do Parque Olímpico hoje para vermos no campo, para subsidiar as discussões.

A primeira ideia que queríamos esclarecer aqui, o que é até uma percepção muitas vezes da população, é em relação ao que é o Parque Olímpico, porque o Parque Olímpico, no Modo Jogos, era praticamente toda essa área triangular. Então ele envolvia aquelas bolinhas azuis, que é a parte de imprensa, ele envolvia as estruturas temporárias, que estão aqui embaixo, essa área toda que estamos vendo praticamente era o Parque no Modo Jogos. Então quem foi aos jogos olímpicos viu aquele parque maravilhoso, decorado, com as estruturas temporárias, enfim.

E hoje o que as pessoas veem... Muitas vezes ouvimos a palavra vazio, que o parque está vazio. Isso tem, parcialmente, uma explicação, pelo seguinte: essa área que os senhores estão vendo em marrom representa os imóveis que foram transferidos da propriedade do Município para o ente privado que realizou a obra de construção do Parque Olímpico. Então, essa obra da PPP foi feita com recursos municipais, com 1,5 bilhão de reais, sendo que 850 milhões correspondiam aos



lotes, aos terrenos passados para o privado. Então, tudo aquilo ali é legado privado, inclusive aquele (*ininteligível*), que está branco ali, é privado.

O que é o Parque Olímpico no Modo Legado? É aquela área que está em branco ali, do meio para a direita, com o tênis ali no meio, aquele parque com uma cobrinha ali no meio é um parque público municipal.

Essa é a primeira percepção, às vezes, errônea porque nós ouvimos as pessoas falando que o parque está vazio. O Parque Modo Jogos é diferente do Parque Modo Legado. Nós só dividimos aqui o que é privado, o que é atualmente da União, que é a parte azul, depois daquele termo de cessão que foi firmado em dezembro, e o que ficou com o Município, que é a Arena 3, aquela parte em amarelinho, e as duas arenas que já existiam anteriormente aos Jogos Olímpicos, que a Jeunesse Arena, que é a antiga HSBC Arena, e o Maria Lenk, que eram concessões anteriores aos jogos do Município também.

Então, a atuação do TCM, no caso, vai ficar naquele parque municipal, ali no meio, nas três arenas em amarelo.

Esse eslaide só mostra um resumo do que foi feito com os recursos municipais e o que foi feito com os recursos federais. A infraestrutura do Parque Olímpico da Barra e as Arenas 1, 2 e 3 foram construídas com recursos municipais, com 1,5 bilhão, sendo 850 milhões investidos em lotes. O velódromo, o tênis, o handebol e a natação foram pagos com recursos federais, no valor de 873 milhões, e execução municipal. Então, quando se tratava de execução municipal, o TCM também fiscalizava, nós fiscalizamos praticamente todas as obras do Parque Olímpico.

Eu coloquei um detalhamento do termo de cessão, que já foi também mencionado aqui. Em 23 de dezembro, a União assumiu as Arenas 1 e 2, o velódromo e tênis — na verdade, foi a partir de 5 de março — e passou a se responsabilizar pelos recursos financeiros para desmontagem de duas arenas temporárias, que vão ser remontadas em escolas e centros aquáticos. E o Município ficou com a Arena 3 e o serviço das áreas externas das arenas. Isso está dentro do escopo do contrato de PPP do Parque Olímpico privado, mas com recursos municipais.



Então o que nós vamos mostrar agora? O que já foi feito e o que está pendente, por ente federativo.

Em relação às obrigações do Município: ele já abriu o parque público nos finais de semana para a população, que é aquela área com uma cobra no meio. As arenas foram mantidas pelo Município em até 5 de março. Estão, em linhas gerais, em bom estado de manutenção internamente. E o serviço das áreas externas, que é feito ainda pelo consórcio que construiu o Parque Olímpico, tem, em linhas gerais, também andado de acordo com o previsto.

Colocamos aqui algumas fotos porque é mais fácil ver do que ouvir. Então, isso é o que está funcionando, são as áreas externas...

(Não identificado) - V.Sa. poderia informar o nome do consórcio?

A SRA. ADRIANA ARINELLI FERNANDES SALGADO - É a Concessionária Rio Mais.

(Não identificado) - E quais são as empresas?

A SRA. ADRIANA ARINELLI FERNANDES SALGADO - É a Odebrecht, a Carvalho Hosken e a Andrade Gutierrez.

Então, essa parte aqui faz parte da via olímpica, que é o parque público, e é chamado de Live Site. Ele fica bem na beira da lagoa e está em boas condições de manutenção. Isso é aqui é legado também para a população, parque público, mantido pelo Município via contratos PPP.

Aqui novamente há fotos do parque da última visita que fizemos, dia 22 de março. Em linhas gerais, está bem mantido. Isso aqui já é legado para a população. Há uma pista de *skate* ali embaixo, a vegetação está bem mantida também e limpa.

Aqui há um quadro de medalhas, que simula as medalhas que foram ganhas pelos atletas nos jogos. Há mesinhas de jogos, caramanchões, parquinhos, quadras, que, em linhas gerais, estão bem mantidos.

Este eslaide mostra o interior da Arena 1, que tem, conforme o previsto, arquibancadas retráteis e que, em linhas gerais, estão bem mantidas, que era obrigação do Município até 5 de março. A Arena 2 está sem arquibancada, mas isso já era previsto também. Em linhas gerais, também está bem mantido no interior.



A guarda municipal é responsável pela segurança das arenas, e isso tem sido cumprido pelo Município. Então vemos a guarda municipal na área externa e na porta de uma das arenas; na data da visita eles estavam presentes.

Há o serviço de segurança do parque, que é feito também no escopo do contrato da PPP, com a Concessionária Rio Mais. Eles controlam a entrada, é uma empresa de segurança subcontratada pelo consórcio. Aqui, temos a câmera de vigilância que também está dentro do escopo da PPP e está funcionando. Até a data que a gente visitou, estava funcionando.

O que não foi feito ainda em relação às obrigações do município: a adaptação da arena 3 não se iniciou ainda. Vocês até detalharam isso. É uma pendência do Município. Então, está bem mantido, mas está sem utilização.

O outro ponto seria iniciar a licitação para as obras de desmontagem e remontagem das arenas provisórias, que é o handebol e o aquático. Isso também não começou e, como já foi dito aqui também, a União só vai repassar os recursos depois de saber os valores. Então, a pendência, na verdade, é do município, neste momento.

Depois, passa a ser da União.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui temos um ponto que achamos relevante chamar a atenção. Os serviços estão sendo feitos pelo Consórcio Rio Mais de acordo com o contrato até a data da visita, mas existem alguns meses que não foram pagos ainda pelo Município. Os meses de outubro a dezembro estão sofrendo uma auditoria pelo novo Governo Municipal. Janeiro e fevereiro, os serviços já foram atestados. Já houve a liberação dos recursos, mas não houve o efetivo pagamento. Então, a gente percebe um risco de interrupção desses serviços.

Há outro ponto também — vamos ver a imagem mais à frente — que é uma piscina que era de aquecimento, até sai imagens dela da televisão, às vezes. É uma piscina que era de aquecimento. Foi retirada parte dela que era de estrutura metálica e ficou um buraco no chão. Esse buraco enchia de água do lençol freático. O Município fez um aterro meio adaptado, mas ainda existe um pouco de água. É uma situação que nos preocupa um pouco em termos de saúde pública e até esteticamente. Fica feio! Só que não é uma obrigação, a princípio, do Município, por



estar dentro de um terreno privado, que hoje já é da Rio Mais, que também não tem essa obrigação contratual.

Então, ficou um pouco indefinido. A gente vem apontando isso, porque a gente entende pode ser resolvido de alguma forma, porque não é uma coisa que fique bacana.

Então, aqui é a Arena 3, sem utilização ainda como escola. Vazia. Aqui, temos a piscina que eu mencionei. Ela está cercada. Então, a princípio não representa risco para a população, até porque o parque municipal, que é aquela via sinuosa, está sendo gradeado até em baixo. Ainda faltava um pedacinho da grade, na última vez que vimos. A princípio, a população vai se restringir àquela área central. Ela não pode ficar passando da área central para as arenas, até porque há ali uma situação de risco: algumas arenas são temporárias. A princípio, não representariam risco, mas não sei. Enfim, esteticamente ou em termos de saúde pública, isso poderia estar melhor.

Aqui, temos a arena de handebol, arena do futuro, ali no fundo. Essa arena é temporária e não foi desmontada ainda. Então, ela permanece lá. O aquático também permanece lá. Não começou a licitação ainda para desmontagem.

A União já realizou alguns eventos gigantes de praia, como já foi mencionado e o Projeto Brincando com Esporte para crianças. Até hoje, não o vimos acontecendo. Vimos apenas o material do projeto.

Uma pendência da União, que estaria fora do nosso escopo, mas só em termos de comentário, seria a instalação de alguns equipamentos elétricos, manutenção de ar condicionado. Está tudo no termo de cessão e a implantação do programa esportivo, que está fora do nosso escopo de cobrança, mas só em termos de cobrança mesmo.

Essa era a parte que eu queria esclarecer. A Cláudia falará sobre a parte do Parque Olímpico de Deodoro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado pela sua apresentação, Dra. Adriana, auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.



Passo a palavra agora à Sra. Maria Cláudia Lameira Garcia, auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, pelo tempo de até 10 minutos.

A SRA. MARIA CLÁUDIA LAMEIRA GARCIA - Primeiramente, boa tarde a todos. Eu sou Maria Cláudia. Sou auditora de controle externo, engenheira, e acompanhei, como Adriana as obras do Parque Olímpico, dos diversos equipamentos e de Deodoro também.

Como Adriana já falou dos diversos parques olímpicos, eu vou me restringir a Deodoro.

Do Complexo Olímpico de Deodoro não temos uma boa notícia como temos do Parque Olímpico. O Complexo hoje se encontra abandonado. A última visita que o Tribunal de Contas fez foi em fevereiro. Nós vamos mostrar algumas fotos e tentar situar um pouquinho a situação atual.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Complexo Olímpico de Deodoro é dividido entre as Zonas A, B e C. A Zona A diz respeito ao parque radical e as zonas B e C não são parques radicais. São legados do Exército. Já estão em poder do Exército.

Construção com recursos federais e execução municipal: Parque Radical e Zona C, do hipismo.

Hipismo. Os contratos já têm aceitação provisória. Já foram entregues. O contrato da Zona A e da Zona B encontra-se suspenso desde setembro. O consórcio que fez a execução da obra, cujo contrato está suspenso é o Complexo Deodoro, composto pela Queiroz Galvão, empresa líder, e OAS.

A propriedade do Parque Radical de Deodoro está com o Município através de um termo de arrendamento, lavrado em abril de 2016 e as Zonas B e C com o Exército Brasileiro.

Esse é o Parque Radical, composto pelo Estádio Olímpico de Canoagem Slalom; Centro Olímpico de BMX; Centro Olímpico de Mountain Bike e domínio comum do parque radical.

A piscina Canoagem Slalom, como mencionamos ali, é a parte que já foi aberta e que será devolvida ao público.



O Contrato nº 79 era o contrato em vigor. Ele previa tanto a parte das obras, como da operação e depois de adaptação para o legado. Ele foi interrompido na fase de operação.

As adaptações que ficaram pendentes são: Remoção da pista de mountain bike e das camadas superficiais de pedrisco e plantio de vegetação; cercamento definitivo do lote do Parque Radical; Adequação da pista de BMX e obstáculos para uso amador e ajustes no talude do BMX para acomodação do público.

Parte do parque já foi aberta, como já falei, por três meses, entre setembro e dezembro e foi gerenciado pelo Instituto Carioca de Atividades, tendo o contrato sido interrompido em dezembro.

O Parque atualmente encontra-se fechado, com a ausência de contratação de nova empresa, e a Guarda Municipal é a responsável pela segurança — acho que com no máximo oito pessoas.

Essas são algumas fotos: parte do canal de competição da Canoagem Slalom. Os blocos já estão ficando bastante ressecados porque estão expostos ao tempo. A pista de BMX também. Este é o *deck* da piscina, que está se soltando completamente.

O que fica pendente por parte do Município? A reabertura do parque à população, a finalização das adaptações ao modo legado e a conclusão e implementação do plano de legado em andamento.

Esses são os dados atuais que trouxemos.

Era isso o que eu tinha a falar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Sra. Maria Cláudia Lameira Garcia.

Seguindo nas exposições, passo a palavra ao Sr. Fernando Rangel Alvarez dos Santos, doutorando em Direito e especialista em fomento público.

V.Sa. dispõe de 10 minutos para a sua exposição.

O SR. FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS - Boa tarde, senhores.

Mais uma vez, agradeço à Comissão e ao Deputado o convite.



Posso até comentar sobre fomento, se sobrar tempo, mas eu queria falar especificamente sobre a medida provisória, sobre o tratamento jurídico do legado daqui para frente.

Como a Dra. Cláudia ressaltou, algumas coisas aqui não estão devidamente claras. Até achei interessante que a minha participação ficasse por último, porque, depois da explicação do Dr. Procurador, da doutora e das senhoras, consegui entender por que a medida provisória, a meu ver, tem alguns problemas.

Primeiro, como já foi falado — inclusive, há artigo científico sobre isso —, todo evento como as Olimpíadas tem que ter um plano de legado. Não se pode fazer um plano de legado no último momento.

A Autoridade Pública Olímpica ia terminar no final de março e, no último momento, foi feita a medida provisória. Por sinal, em termos de legislação, o tema realmente tem relevância e extrema urgência, porque era o último dia, mas não há uma anterioridade suficiente para se planejar. Essa é a primeira coisa.

Esse fato se traduz no texto. Se repararmos os detalhes, perceberemos que o texto enfrenta problemas por não ter profundidade. Temos a impressão de que o texto foi feito da seguinte forma: *“Temos que resolver isso, porque é uma coisa urgente”* — é a natureza da medida provisória. No entanto, não são alcançadas várias coisas que foram discutidas aqui, assim como não são esgotados os aspectos jurídicos.

Eu achei muito interessante a contribuição do doutor e também achei interessante o que a doutora colocou de forma diferente. O Ministério Público se preocupou com os aspectos dos resultados em si, não com os aspectos legais, não com aquela tradição de fiscal da lei, etc.

Quais são os detalhes que eu queria ressaltar? Primeiro, no inciso III, ele diz que uma das competências é estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de infraestrutura. Com o termo “parcerias com a iniciativa privada”, ficou uma coisa genérica. Não é uma PPP. Não está especificando a Lei nº 11.107. A primeira coisa a se perguntar seria: que tipo de parceria? Não tenho nada contra, mas o decreto deveria especificar isso. Essa é uma questão.



O inciso IV diz: “*elaborar o plano de utilização das instalações olímpicas e paraolímpicas, sujeito à supervisão e à aprovação do Ministério do Esporte*”. Esse plano tem que ser dividido naturalmente, pelo que está aqui, em atividades olímpicas e em atividades que não são de alto rendimento, como disse o Dr. Paulo Márcio. Esse plano tem que ser dividido, senão não será um plano e não terá como ser executado depois, o que vai gerar o problema com o qual o doutor está se deparando lá.

No art. 2º, podemos reparar que a medida provisória focou muito na governança, o que agora entendo, depois das explicações sobre todos os problemas, dos quais nem de longe eu tinha conhecimento nesse nível de detalhe.

No art. 2º, a medida provisória especifica os cargos, etc., como se tivesse um cuidado grande com a governança. Agora eu entendo o porquê, pois infelizmente houve problema na governança. Se o cuidado é excessivo aqui, é possível entender dessa forma. Não estou dizendo que houve isso ou aquilo, mas algum problema houve, tanto é que o cuidado é excessivo.

Vamos passar às receitas da Autoridade de Governança do Legado Olímpico — AGLO. A meu ver, isso aqui já começa com um grande problema, não no art. 5º, mas no art. 13, que diz:

Art. 13 As despesas da AGLO, no exercício de 2017, excepcionalmente, correrão à conta das dotações orçamentárias existentes no âmbito do Ministério do Esporte.

Os senhores podem confirmar se é isso ou não. Mas cadê a autonomia da autarquia? Ela não veio com orçamento. Ela não vai ter autonomia. Este ano de 2017 vai ser um problema para a autarquia, porque ela não vai ter autonomia. Ela vai ter que entrar na unidade orçamentária do Ministério, pedir autorização e ficar sob a supervisão do Ministério. Isso já gera uma enorme dificuldade. Estou falando só em termos práticos, em relação aos resultados daqui para frente. No ano de 2017, eu já vejo essa dificuldade.

O art. 5º, inciso I, diz: “*as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União*”. Na verdade, isso aqui é só para 2018, porque, em 2017, até onde entendemos, só haverá dotação orçamentária do Ministério do



Esporte. Se a AGLO não existia, naturalmente não deveria haver dotação orçamentária para a AGLO na LOA do ano passado. Para a Autoridade Pública Olímpica — APO, deveria haver aquele mínimo até março.

Essa é outra dificuldade. No caso, é uma dificuldade do Legislativo, porque os Deputados, nas emendas ou na hora de converter a medida provisória em lei, poderiam ter pensado em mudar a LOA, acrescentando uma unidade orçamentária, para dar maior autonomia à AGLO neste ano especificamente.

Em relação às questões orçamentárias, existe uma nota técnica que foi apresentada junto com a medida provisória. Nessa nota técnica, o Dr. Marcos Rogério, Consultor de Orçamento, fala sobre isso. Vejam que há uma pequena contradição, que pode ser esclarecida com uma emenda. Na exposição de motivos, ele diz que há uma redução de despesas. No entanto, de acordo com a competência atribuída à APO, haverá um aumento de outras despesas, a exemplo da responsabilidade de administrar.

Essa questão vai de encontro exatamente ao que o senhor está dizendo, Dr. Leandro. Ao mesmo tempo em que diz que os cargos em comissão vão ser reduzidos, a medida provisória diz que a autarquia precisa de pessoal. É aquilo que o senhor falou, quando mencionou que o Estado precisa existir. Isso gera uma contradição.

Quando isso se tornar um projeto de lei, quando a medida provisória for convertida, a exposição de motivos terá que esclarecer muito bem esse ponto. Senão, também no Orçamento do ano que vem, haverá problemas, mais uma vez, em relação a esse tipo de dotação orçamentária.

Só para exemplificar, ele ainda diz o seguinte:

Embora o art. 13 determine que correrão despesas no Ministério dos Esportes, cumpre registrar que a Resolução nº 23, do Conselho Público Olímpico, aprovou um orçamento para 2017 apresentando no valor de 3,8 milhões, com receitas previstas para o exercício, bem como autorizou a utilização de recursos oriundos de superávits de exercícios anteriores.



Acredito que isso não venha a existir, porque vimos até que os gastos foram superados — as senhoras apresentaram os dados —, ultrapassaram muito o limite orçamentário, com toda a autorização. Então, não vai haver, evidentemente, sobra de superávit para cobrir essa falta de orçamento que está havendo.

A mesma nota técnica diz que, no tocante à conformidade da LOA de 2017 há existência de um valor de 1 milhão. No entanto, está prevendo um gasto de 3,8 milhões de reais para 2017. Em relação a orçamento, é basicamente isso.

Há algo da nota técnica que ele repara, de erro material que está no art. 7º, coisa pequena. O que acho mais importante, só para finalizar, sem ter a ver com isso, mas a nossa ideia, do grupo de pesquisa da universidade — pesquisamos desenvolvimentos, cidadanias e internacionalização — é a seguinte, a de novas formas de parceria.

Essas novas formas de parceria, em nenhum momento, ultrapassam o interesse público. Em nenhum momento, por exemplo, como o Procurador explicou, o uso social vai deixar de ser exercido. Mas essa nova forma seria, no exemplo dado, de fazer um protocolo de intenções com alguém que se interessasse somente ao patrocínio, porque o que se vai gastar com patrocínio vai ser muito menos do que se gastaria, evidentemente, mantendo aquilo.

Pelo que estou percebendo — e as senhoras acabaram de mostrar um quadro que não é muito satisfatório, principalmente em Deodoro — é que está difícil para o Município carregar esta responsabilidade. Então, nada melhor do que reforçar este novo tipo de parceria. Eu teria que falar sobre fomento, mas meu tempo está acabando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Pode utilizar mais 1 minuto, para concluir.

O SR. FERNANDO RANGEL ALVAREZ DOS SANTOS - Obrigado, Deputado.

A professora mencionou aquelas espécies clássicas. Falaram de subsídio. Com todo o respeito, acho difícil neste momento que passamos por uma crise no Rio de Janeiro. O Município também não está em uma situação, vamos dizer, tão favorável nesse sentido, até porque depende do FPM e do FPE.



Essa subvenção, dificilmente. Com a restrição orçamentária que temos, não vamos ter repasse, com certeza. Quanto a crédito, não vamos endividar mais uma vez. O Município não vai assumir mais endividamento. A solução que vemos é uma solução de parceria que não precisa ser, necessariamente, em uma PPP, naquela formalidade que conhecemos. Seria um instituto novo.

Senhores, é esta a contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Dr. Fernando, pela sua contribuição.

Vamos passar agora aos debates. Pergunto se há Deputados inscritos. Temos aqui o autor do requerimento, Deputado Silvio Torres. V.Exa. gostaria de se manifestar?

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sim, Sr. Presidente. Apesar de ter perdido uma boa parte das apresentações, eu subscrevi o requerimento com a finalidade de podermos obter, na Comissão do Esporte, um balanço, ainda que não possa ser tão completo, sobre como está sendo avaliado o legado, quais as providências já foram tomadas, como as instituições se manifestaram, da mesma forma que vamos fazer com relação à Copa do Mundo de 2014, que ainda parece um cadáver insepulto — a expressão é forte. Nós não sabemos o que realmente pode emergir ainda de investigações e de fiscalização. Não é uma situação que nos deixe tranquilos hoje.

O caso do legado olímpico é mais restrito, porque tudo se trata dentro de um mesmo Município, no caso, o Rio de Janeiro. Mas, como foi lembrado por um dos palestrantes, houve um investimento público muitas vezes maior. Foram cerca de 36 bilhões de reais — não sei se alguém falou o número —, mas eu me lembro de que foi quanto custaram as Olimpíadas para o Brasil.

Pelo que vi, há várias iniciativas que são convergentes, mas que me parecem ainda soltas. Talvez precisemos, mais à frente, nos confrontar com um relatório mais amplo sobre o que efetivamente já se conseguiu apurar e o que será consequente. Nós temos um temor de situações dúbias, como o próprio Parque Olímpico. É uma situação dúbia, porque há uma parte dele que está privada, entregue ao consórcio, e a outra parte está entregue ao poder público.



Mesmo assim, não me parece que ainda seja um local onde a população do Rio de Janeiro e do Brasil, de uma forma geral, esteja aproveitando. É o contrário. Parece que continua sendo alguma coisa que estão empurrando para cá e empurrando para lá.

Se juntarmos tudo isso à situação financeira e orçamentária do Município do Rio e também do Estado do Rio de Janeiro e, complementarmente, do próprio orçamento federal, caso do Ministério, acho que se devem tomar providências urgentes.

Finalmente, quero dizer que me preocupo muito. Eu não ouvi o Dr. Paulo Márcio, que é a Autoridade de Governança, sobre o que podemos esperar em curto e médio prazo. Espero que ele possa nos dar essa visão mais abrangente e nos tranquilize mais, como Parlamentares, e principalmente tranquilize a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Muito obrigado, Deputado Silvio Torres, que é subscritor deste requerimento desta audiência pública.

Gostaria também, como autor deste requerimento, de fazer algumas considerações, para que possamos retornar aos expositores que quiserem também fazer suas considerações.

Primeiro, vejo que este requerimento já foi aprovado na primeira sessão das reuniões deliberativas da Comissão de Esportes, graças à importância dessa situação.

No ano passado eu presidi a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Casa, junto com o Deputado Ezequiel Teixeira, que hoje é Presidente da Comissão do Esporte. Ele era Presidente de uma Subcomissão que tratava exatamente do acompanhamento, da fiscalização e da execução das obras dos Jogos Olímpicos.

E eu me recordo, Deputado Silvio, de que, naquele momento, já no início do ano passado, quando as obras estavam ali sendo finalizadas, nós fizemos uma visita técnica ao Parque Olímpico, no Rio de Janeiro. Não deu para visitar o complexo de Marechal, mas eu acho que todos os Deputados ficaram muito encantados com o que nós vimos ali porque, de fato, os equipamentos esportivos são de alta



capacidade, de alta modernidade e não deixaram a desejar ao longo dos Jogos Olímpicos, como também dos Paralímpicos.

Eu acredito que a organização do evento, e também os equipamentos, não deixaram em absoluto a desejar a qualquer lugar do mundo ou a qualquer outro evento que tenha sido realizado. Eu acho que é motivo de orgulho para todos nós brasileiros realizar um evento dessa monta.

Obviamente, já naquele momento, nós tínhamos uma preocupação em relação à execução financeira das obras e da própria realização dos Jogos Olímpicos. E eu me lembro de que, naquele momento, fomos acompanhados por um técnico do TCU — eu não lembro se era o Augusto ou outro colega do TCU lá do Rio de Janeiro —, que colocava de maneira muito clara: *“A nossa preocupação com o legado é uma preocupação muito forte porque até agora nós ainda não temos um plano estabelecido em relação à destinação pós-realização do evento”*. E hoje o que nós estamos vendo aqui...

Eu acho que essa iniciativa é importante exatamente por isso: porque ela congrega aqui a academia, congrega os órgãos de controle, congrega o Ministério do Esporte, o Ministério Público Federal e também o Município do Rio, o Estado do Rio, e também a nova autoridade de governança do legado olímpico que foi criada agora, exatamente para buscar uma solução, sobretudo porque de lá para cá, Deputado Silvio, veio a situação falimentar, que está sendo agora, inclusive, discutida aí em nosso plenário. O PLP 343 se relaciona à situação do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Então, nesse momento, eu vejo que as comunidades do Rio de Janeiro e os desportistas de alto rendimento estão esperando exatamente que haja uma solução consertada, uma solução, como foi dito aqui, de governança. E a autoridade vai ter esse papel fundamental.

Nós votamos aqui a medida provisória exatamente no sentido de que haja uma articulação. É claro que, do ponto de vista da fiscalização, se houve problemas de desvios, quem tiver que pagar vai ter que pagar. Claro que é papel dos órgãos de controle fazer isso. Mas, obviamente, o que a população quer é que esse legado olímpico, que é um desafio de qualquer país que realizou eventos dessa monta, de fato, seja bem encaminhado. Nós estamos falando do futuro de gerações de



desportistas, nós estamos falando de equipamentos que podem ser muito bem utilizados.

Recentemente, Rodrigo, eu encaminhei ao Ministério — depois que eu vi aquela reportagem que saiu na TV Record — uma indicação, porque este ano, o Comitê Olímpico realizará os Jogos Escolares da Juventude no mês de novembro. Eu encaminhei, a título de sugestão, ao Governo Federal que nos espaços das arenas eles sejam realizados, no próprio Rio de Janeiro. Acho que seria pertinente. Seria uma forma também de utilização.

Estou colocando aqui essa sugestão para os senhores, assim como outros eventos esportivos nacionais, que também podem ser utilizados, além das sugestões que foram dadas aqui das parcerias com empresas, com as próprias redes de televisão dos canais esportivos, que são soluções.

Agora, o que é importante é que nós estamos dando aqui esse primeiro passo, no sentido de um diálogo multilateral, para que possamos avançar nessa questão da boa utilização desses espaços que nós chamamos de legado olímpico.

Então, eram essas as considerações.

Eu gostaria de saber se foram feitas ações pelo Deputado Sílvio por mim se alguns dos senhores, eu vi que o Paulo tinha pedido para mim para fazer algumas considerações, anteriormente.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo para suas considerações.

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Sr. Presidente, na verdade, com as minhas considerações, eu vou responder o nobre Deputado Sílvio e toda a Mesa.

Primeiro, eu acho que, como V.Exa. diz, nós temos aqui um trabalho árduo, um trabalho difícil, mas nada que me espante, sinceramente. Para quem não conhece o nosso legado olímpico, para quem está de fora, para quem vê o que é divulgado na imprensa, dá impressão de abandono completo e total e da inutilização de nosso legado. Isso não é verdade. Volto a dizer. São necessárias adaptações. Isso é fato. Isso acontece quando você transforma arenas do porte que nós temos de modo jogo para o modo legado. Isso acontece sempre. São necessárias essas adaptações. Mas não há abandono. Eu quero deixar isso bem claro mais uma vez.

Procurador Mitidieri, quando o senhor se refere à participação popular, eu acho de extrema importância essa iniciativa, e eu sempre disse ao Ministro. Ele,



quando construiu o grupo de trabalho, já falava e já me dava uma missão: *“Paulo, aproxime-me ao máximo da população. Ouça os anseios da população”*. É isso o que nós temos buscado, Procurador.

Eu acho que eu estou Presidente, a Autoridade, eu não sou Presidente, a Autoridade. Isso daí é uma coisa que nós vamos deixar para nossos filhos. Essa construção nós temos que fazer juntos. E é isso o que nós temos que buscar, com os órgãos de controle externo, com o Ministério Público, com a população. Ouvir as opiniões e construir juntos o legado.

Se é verdade que nós ainda não temos um legado previamente definido, um legado que todos nós esperávamos, é verdade também que nós já temos muita coisa construída. O Ministério do Esporte já estava construindo o plano de ocupação lá atrás, mesmo na época do jogo, onde seriam apresentadas as confederações e as federações, um plano de utilização, ainda que não profundo. Existia já esse plano, esse estudo feito pelo Ministério do Esporte. O Rodrigo e o meu Diretor Executivo hoje participaram dessa construção. Isso já foi muito importante. Então, é preciso dizer que nós já partimos de um princípio de que já havia, por parte do Ministério do Esporte, a intenção de colaborar, através das federações e confederações, com plano de ocupação para essas arenas.

A Dra. Cláudia abordou aqui alguns assuntos. Eu já vou colocá-los e respondo o nobre Deputado. Ela diz que nós não temos que focar só nas atividades de alto rendimento. É verdade. Mas também é verdade que, inevitavelmente, quando nós falamos de plano, de legado, a primeira coisa que vem à nossa cabeça — e é natural — é que nós temos que proporcionar aos nossos atletas uma preparação para os próximos eventos olímpicos, para os próximos eventos internacionais. Então, é natural nós nos referirmos, quando se fala de legado, à preparação para esporte de alto rendimento.

Mas nós do Ministério, especialmente o grupo de trabalho que entrou lá após assumirmos, através do termo de cessão, o legado, já havíamos feito um plano que não tratava só do esporte de alto rendimento. Nós fizemos também um plano que trata do nosso esporte de rendimento, do nosso esporte educacional e do nosso esporte de participação e lazer. Então, nós dividimos em etapas esse plano de utilização do legado. Não houve só um foco no plano de esporte de alto rendimento.



A prova disso é que, como disse aqui a Dra. Adriana, acho que foi a Dra. Adriana que mencionou, nós já tivemos lá 900 crianças na Arena 1, com projeto da Secretaria Nacional de Lazer, chamado Brincando com Esporte. Então, nós já vocacionamos, nós já demos à Arena também a utilização para fatores sociais, para inclusão social, não especificamente só para esporte de alto rendimento. Então, é preciso fazer essa observação. Foi obviamente pertinente, mas essa preocupação já existia conosco.

Dizia ela também que tínhamos que buscar termos de fomento, cooperação, vamos dar nomenclatura, o nome que queiram dar, evidentemente, a isso, que é buscar esse investimento para amenizar o investimento público. Nós precisamos buscar recursos para amenizar esse investimento público.

Eu também já entrei em contato, evidentemente, com algumas empresas. Existe uma situação só em nível de ideia, isso vai avançar e é uma situação que nós temos de ponderar se é viável ou não, que é o *naming rights*. Todo mundo usa isso. É chamar os grandes bancos, por exemplo, dar o nome da arena, mediante o pagamento anual de tantos milhões. Isso amenizaria também a quantidade de investimento. Isso tem sido feito, essa busca constante, evidentemente, num outro plano, entendo eu, posso estar equivocado.

Nesse primeiro plano nós precisamos dar atividade ao legado. Eu já pago despesa do legado porque eu já tenho orçamento destinado a isso. Não é possível que eu mantenha aquilo fechado, pagando todo mês conta de luz, conta de água, se eu consigo já propiciar a utilização do legado para atleta, para eventos esportivos, para treinamento. Não faz sentido. E aí, num segundo plano, nós começamos a buscar, ou em paralelo, investimento, recursos para amenizar os nossos investimentos públicos ali. E isso nós já temos buscado. A nossa equipe nova de trabalho criada já tem feito esse tipo de contato para saber a viabilidade econômica. Mas, entendo eu, que isso só vai acontecer, a partir do momento em que eu comprovar, para a iniciativa privada, que aquilo é lucrativo, de alguma forma pode trazer lucro ou a marca dele ou lucro diretamente relacionado à locação do espaço.

Também mencionava a Dra. Cláudia o excesso de cargo. Quero deixar que, na verdade, não houve a criação de uma autarquia propriamente dita. Houve uma transformação do que já existia numa coisa nova. A Autoridade Pública Olímpica,



quando ela existia, tinha uma natureza jurídica, uma finalidade completamente diferente hoje do que acontece com a AGLO. Ela funcionava apenas como órgão fiscalizador e proposto de política pública para realização dos jogos. A AGLO hoje é uma autarquia federal, um braço direito do Ministério, um órgão executor com autonomia administrativa e financeira, sim. Talvez, num primeiro momento, não pareça, por conta da situação orçamentária. Mas eu hoje tenho uma unidade gestora, como se chama, com uma verba orçamentária que eu, como Presidente, posso destinar para viagens ou para ordens de pagamento. Eu tenho controle sobre esse tipo de orçamento, mesmo que as despesas ainda dependam das dotações orçamentárias existentes no âmbito do Ministério. Esse tipo de arranjo é necessário até porque não se monta uma autarquia do dia para a noite. É preciso ter um CNPJ, além de uma estrutura física, que está sendo montada num curto espaço de tempo, mas que precisa ainda ser estruturada.

Diz-se que há um excesso de cargos. Ao contrário, nós diminuimos a estrutura: partimos de um consórcio interfederativo com aproximadamente 180 cargos e hoje temos um órgão executor com 75 cargos. Na verdade, nós economizamos, ao retirar esses 85 cargos da Autoridade Pública Olímpica — APO, aproximadamente 9,6 milhões de reais para a União.

Sem contar essa situação, é fato também que a AGLO não tem outras despesas indiretas que a APO tinha. A sede da AGLO é dentro do Parque Olímpico, e não teria sentido não ser assim, não poderia ser diferente.

O legado olímpico já permite outra economia para a União: o escritório da representação do Ministério do Esporte no Rio, assim que nós assumimos, a partir da obtenção do termo de cessão, foi transferido imediatamente pelo Ministro para dentro do Parque Olímpico e lá funciona desde janeiro. Então, conseguiu-se uma economia de locação, uma redução de despesas da União. E essa medida também deve ser observada sob o ponto de vista do aproveitamento do legado.

A Dra. Cláudia também disse que nós deveríamos solicitar o apoio de outros grupos, buscar outras parcerias. Evidentemente, isso tem que acontecer mesmo. E a audiência pública é uma forma de parceria, de nós discutirmos ideias e opiniões e encontrarmos caminhos.



Mas eu acrescento que, junto ao grupo de trabalho criado no mês de dezembro, nós assinamos já em janeiro — não é, Rodrigo? — termos de cooperação com o Comitê Olímpico do Brasil, com o Comitê Paralímpico Brasileiro e com o Comitê Brasileiro de Clubes. Esses três termos de cooperação visam justamente à exploração do legado olímpico, com a adequação dele às necessidades esportivas ou de lazer, ou seja, àquilo para que nós pudéssemos aproveitá-lo. Então, isso já foi feito, e novas parcerias ainda têm sido buscada com outras confederações.

Só para dar um exemplo para vocês, vai ser realizado no Parque Olímpico, no final de maio, o Campeonato Carioca de Ciclismo. E uma equipe de alto rendimento vai utilizar a pista do Velódromo Olímpico a fim de treinar para esse Campeonato, mas não só para ele.

Eu também vou trazer para o Rio o Campeonato Mundial de Ciclismo, que deve ocorrer em agosto. Pelo menos isso é o que eu pretendo fazer, essa é uma das minhas metas. Nós temos uma pista que é considerada a melhor do mundo — se ela não for a melhor, é uma das melhores. Então, nós pretendemos realizar esse evento em agosto. E os atletas já vão utilizar a pista para treinamento, o que demonstra que nós já buscamos dar ao legado olímpico uma finalidade não só ligada aos eventos em si, mas que inclui eventos de treinamento.

Também é preciso dizer que, além dos esportes de alto rendimento ou de rendimento, existe também o negócio do entretenimento. Vai haver o Rock in Rio em setembro, e vou adiantar para o Procurador e para todos os senhores que eu tenho tido entendimentos com toda a comissão do Rock in Rio para trazer a Comic Con, que é um evento internacional de grande importância, para o Parque Olímpico. O Brasil, principalmente o Estado do Rio de Janeiro, precisa sediar um evento desses, e as conversas já estão avançadas. As Arenas 1 e 2 seriam aproveitadas para esse evento grandioso. Repito: eu já tenho conversado com toda a equipe do Rock in Rio para, dentro do próprio calendário deles, trazer a Comic Con para o Parque Olímpico.

Ela também citou que nós temos que buscar recursos extraorçamentários. Na medida provisória há essa previsão. Isso eu acho que vai acontecer com o tempo, com a utilização do legado.



Volto a dizer: a partir do momento em que colocarmos o legado para funcionar e mostrarmos para os setores privados a viabilidade econômica disso, é natural que nós sejamos gradativamente procurados com interesse privado para injetar dinheiro público de uma forma ou de outra com colocação de propaganda dentro da arena de um determinado evento. Isso eu acho que acaba fluindo naturalmente com a utilização do legado.

O Fernando questiona a criação extemporânea da AGLO. Deixe-me explicar. A União não tinha perspectiva de assumir o legado olímpico. Ela evidentemente já vinha trabalhando a necessidade de elaboração de um plano de ocupação para, em parceria com as federações e confederações, apresentar esse plano e dar uma destinação ao legado, mas não havia previsão. Isso aconteceu depois que a União evidentemente tomou ciência de que a PPP não prosperou, não vingou, não foi para frente. E, como há dinheiro público da União investido ali, em considerável valor, não havia alternativa. Já que nós tínhamos um plano de ocupação para fornecer às federações e às confederações, não havia por que não assumirmos esse encargo e deixar abandonado o legado olímpico. Eu acho que não fazia sentido esse tipo de situação.

Então, quero deixar claro que essa extemporaneidade da medida provisória se deu pelo fato de nós não termos ciência do que iria acontecer, de não vingar a medida provisória.

De antemão aqui, corroborando o que disse o nosso Procurador Federal a respeito da importância desta audiência pública, eu tomei o cuidado ontem de pedir uma reunião com o Marcelo Pedroso, o Ex-Presidente da APO, para eu me inteirar sobre diversos assuntos. Um deles, que vem sendo muito debatido e já foi abordado aqui, é quanto gastamos nas Olimpíadas, a atualização dessa matriz de responsabilidade.

Eu pedi a ele que me entregasse isso o mais rápido possível — eu precisava prestar à sociedade esse tipo de informação. Não seria uma informação que poderia ser elaborada em curto espaço tempo por mim, mas alguma satisfação eu teria que dar. E ele me garantiu que, em 15 dias, me entregaria essa atualização. Seria a sexta atualização desse plano.



Eu convido os senhores para fazermos a próxima audiência pública lá no legado, com o Marcelo Pedroso, porque eu acho que ele tem o dever de explicar à sociedade — e ele se propôs a isso —, tem o dever de explicar aos órgãos de controle externo como aquilo foi feito. Eu acho que ninguém melhor do que ele, que tem que todas as informações há mais tempo, para fazer isso. Ele disse que aceitaria o convite.

Portanto, se os senhores estiverem dispostos a fazer uma audiência pública lá no legado, seria um prazer apresentar esse plano atualizado, essa sexta atualização, e informar a todos os senhores, pelo menos de acordo com a sexta atualização, quanto foi gasto até o momento com as Olimpíadas.

Deputado, eu não sei se respondi a todas as suas perguntas — imagino que sejam muitas —, mas estou à sua disposição para responder.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu não fiz nenhuma pergunta específica. Eu só queria ouvir um pouco do que esse programa fez.

Eu fiquei apenas com uma curiosidade. Qual é efetivamente o papel da autoridade de governança do legado?

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - É executar um plano de gestão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Há prazo para isso? Eu ouvi o senhor falar que...?

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Sim. Na verdade, eu não posso dizer o prazo certo ao senhor, mas eu digo que esse plano de legado já está sendo aprimorado, porque nós já tínhamos um plano de ocupação, e ele vai ser apresentado à sociedade imagino que num curto espaço de tempo.

Agora, é preciso dizer que eu já estou executando um plano de legado a partir do momento em que eu já tenho uma agenda determinada para maio e outros tantos eventos já marcados, como o campeonato de jiu-jitsu, para junho. Permita-me citar outros que estão programados na agenda. O campeonato carioca de futevôlei nós pretendemos fazer lá, aproveitando a areia de praia, que eu disse que coloquei na nossa arena de tênis. Nós temos também programado o campeonato mundial júnior de ciclismo para agosto, nos dias 24 e 28 de agosto. Já estamos conversando com a Federação Internacional de Ciclismo.



Então, acho que o plano de legado já está sendo, de alguma forma, ainda que não escrito, executado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - As autoridades têm gestão sobre as instalações que pertencem aos Municípios?

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Não.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sobre as instalações privadas, sobre as confederações?

Sobre o que ela tem autoridade, na verdade?

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Sim, na verdade, a nossa função é colocar as arenas 1, 2 e 3...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Pertencem a quem essas arenas?

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Pertencem à União.

Hoje, nós temos que separar as situações. As arenas 1 e 2, tênis e velódromo, são de competência da União. Sobre elas eu tenho ingerência administrativa e financeira, com a incumbência de apresentar um plano de legado para o seu funcionamento.

A arena 3 e as duas arenas da parte de trás, a arena aquática e a arena da juventude, onde foi realizado o handebol, são de competência da Prefeitura. As duas serão desmontadas. Para a arena 3 a Prefeitura tem um projeto que, em parceria com o Ministério do Esporte, nós estamos colocando em prática, porque a Prefeitura não vai utilizar só a arena 3. Ela terá outros eventos através da Secretaria de Esporte para os quais ela vai precisar da colaboração do Ministério do Esporte para juntos utilizarmos a arena 1 e a arena 2.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, permita-me fazer última pergunta aos representantes do TCU?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Pergunto se o TCU continua fazendo fiscalização e até onde o TCU vai poder atuar.

Eu só queria lembrar, Sr. Presidente, como V.Exa. mesmo disse, que também fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. No momento em que nós ganhamos a condição, iniciamos o trabalho para a Copa e também ganhamos a condição para sediar as Olimpíadas.



Na ocasião, nós iniciamos, juntamente com o TCU e com o Ministério Público, acompanhamento do desenvolvimento das obras. E eu acho que isso teve algum resultado, porque o TCU acabou assumindo essa parte, o que eu acho que ajudou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Eu pergunto ao Paulo se ele já terminou de fazer suas considerações.

O SR. PAULO MÁRCIO DIAS MELLO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Augusto Ferradaes para suas considerações.

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Obrigado, Deputado Leo de Brito. Cumprimento também o Deputado Silvio Torres.

O Tribunal teve algumas frentes de trabalho. Ele definiu equipes de fiscalização, de acordo com os temas.

Vamos começar pela construção das arenas. Houve uma equipe dedicada exclusivamente à fiscalização da construção das arenas. Hoje, nós temos um processo ainda não concluído que se encontra no gabinete do Ministro Augusto Nardes com a análise de algumas irregularidades na execução de alguns dos contratos.

Por isso, eu ainda não posso informar quais são essas conclusões, mas posso afirmar que existe uma investigação do Tribunal acerca de algumas irregularidades nos contratos. Não achamos que sejam expressivas, mas são irregularidades que merecem um tratamento. Esse processo ainda está não concluído e talvez tenha alguns desdobramentos.

Outras ações que foram objeto de ação no Tribunal podem ser consideradas concluídas, como a de suprimento de energia elétrica, ações do Ministério de Turismo, ações nos aeroportos. Essas já foram concluídas, algumas recomendações foram feitas, e acho que podemos tê-las como encerradas.

A nossa unidade...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Já há relatório final?

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Já.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Já foi votado no plenário do Tribunal?



O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Inclusive, um processo nosso fez uma consolidação geral de todas essas ações. Eu tenho o número do processo, que posso passar para os senhores.

O último relatório desse processo está pendente de apreciação no gabinete do Ministro Nardes, porque eu acredito que o Ministro está tentando finalizar algumas decisões temáticas para, então, levar esse relatório ao colegiado. É um relatório interessante, porque ele consolida tudo, faz um resumo geral de todas essas ações. Eu escrevi esse relatório, parte dele. Em uma pequena parte está dizendo o que está encerrado e em que temas ainda há questões pendentes. Tudo fica bastante claro. Esse relatório vai ser bastante simples, resumido. Não há necessidade de vermos todos.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Presidente, nós poderíamos solicitar que o Tribunal enviasse a esta Comissão...

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Sim, esses relatórios têm sido encaminhados normalmente, rotineiramente.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Para a Comissão?

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Para a Comissão do Esporte, entre outros entes do Congresso Nacional e do Governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado.

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Especificamente com relação a três temas, além das arenas, também há questões pendentes, e o Tribunal vai continuar analisando.

O primeiro deles é a atuação do Comitê Rio 2016, que inicialmente tinha a previsão de participação de verba federal, da União. Essa previsão veio a ser revogada. Ela constava de uma lei, mas mesmo assim havia alguns subsídios da União para a atuação do Comitê Rio.

Em função dessas situações, o TCU considerou que essa gestão do comitê estava sob a sua jurisdição. No entanto, houve algumas dificuldades na obtenção de informações da parte do Comitê Rio. Existe inclusive uma questão do comitê que ainda não foi apreciada pelo TCU no que diz respeito justamente à jurisdição, porque eles alegam que são uma entidade privada e que, portanto, não utilizaram verbas federais. Dessa forma, não estariam sob a jurisdição do TCU.



Existe uma análise do TCU contrária a essa versão, a essa tese, em função dos subsídios. Sabemos que a própria matriz de responsabilidade desde a sua terceira ou quarta revisão incluiu serviços que eram inicialmente de responsabilidade do Comitê Rio e representaram despesas na parte da União. Então, essa questão ainda vai ser analisada.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Como isenção de impostos.

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Sim, com relação à isenção...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Estou dizendo que inúmeras ações dependeram de dinheiro público, seja abrindo mão de impostos, seja de outra natureza. Inclusive as confederações... Tudo isso passou pelo Comitê, não é isso?

O SR. AUGUSTO GONÇALVES FERRADAES - Passou.

Nós tivemos uma fiscalização específica sobre renúncia de receitas. Eu não sei dizer aqui de cor o número da decisão, mas sei que nessa decisão o Tribunal determinou ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Esporte e à Casa Civil que apresentassem a prestação de contas referente a essas renúncias de receitas.

De acordo com a previsão legal, eles têm até 2018, 1º de agosto de 2018 ou 5 de agosto de 2018, para apresentar a prestação de contas final.

No relatório que consubstanciou essa decisão, havia uma estimativa de cerca de 3 bilhões de reais ou um pouco mais de renúncia de receitas. No nosso processo de consolidação, há um item nas determinações para que o Ministério do Esporte apresente o resultado final dos jogos em termos financeiros. Apontamos isso também como custo dos jogos.

Então, o que queremos? Que o Ministério apresente os custos dos jogos e os benefícios dos jogos. Logicamente, sabemos que muitos benefícios não são de natureza financeira, mas de natureza social e esportiva, que podem ser de alguma forma sopesados. Mencionamos que o próprio Comitê Olímpico indica um estudo, que vem sendo realizado com previsão de conclusão em 2018, chamado de OGI — Olympic Games Impact. Esse estudo está sendo feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com alguns entes do Governo e pode contribuir para a avaliação final do resultado dos jogos.



Temos conhecimento também de estudos feitos pela Fundação Getúlio Vargas e por outras instituições que apontam uma série de benefícios advindos da realização dos jogos.

Portanto, esperamos que o Ministério do Esporte possa... Isso foi conversado com eles, que manifestaram essa intenção. Apresentaram estudos semelhantes que foram feitos para a Copa do Mundo e para os Jogos Panamericanos. Temos a expectativa de que essa avaliação final seja também uma espécie de prestação de contas para a sociedade.

No que diz respeito à governança geral dos jogos, o Tribunal tem um processo que tem como ponto central a matriz de responsabilidade, objeto de várias determinações do Tribunal também para adequações, para aperfeiçoamento dessas informações. Como já foi mencionado aqui, a última atualização dessa matriz foi feita em agosto de 2016, ou seja, já tem um tempinho bem razoável.

Sabemos que houve dificuldades em relação à atuação da APO. Ela foi um pouco questionada, o próprio Tribunal apontou a falta de apoio político e administrativo da APO no sentido de que ela não teve esse suporte para, digamos assim, demandar informações dos entes, especialmente da Prefeitura e do Governo do Estado do Rio.

Eu atribuo esse atraso na finalização da matriz de responsabilidade a essa dificuldade de obtenção de informações tanto da parte da Prefeitura, como do Governo do Estado do Rio, e alguma coisa também em relação à União, como revisões de projeto, termos aditivos, finalizações, aquelas coisas que sempre encontramos. Obras foram realizadas na correria para terminar os jogos. Enquanto se elaborava o termo aditivo do contrato, os serviços já vinham sendo executados. Como se orçam esses preços, como se definem esses preços para colocar nos termos aditivos? Naquele momento, a prioridade era realmente terminar o serviço para que os jogos se realizassem.

Entendemos isso tudo e estamos na expectativa de que os entes consigam se articular, se organizar para produzir esses demonstrativos.

Finalmente com relação ao legado, como já foi apresentado, o Tribunal vem dando grande atenção a isso. Repetindo, nesse último acordo, o colegiado determinou às áreas técnicas do TCU que organizassem uma audiência pública com



a finalidade de discutir a destinação e o uso dessas arenas. Isso vai acontecer. Inclusive eu vou mencionar ao Ministro Nardes esses outros eventos que vêm sendo comentados aqui, para que nós tenhamos até uma coordenação entre esses eventos.

Não há só essa preocupação com a governança. Ou seja, nós consideramos governança um pouco diferente de gestão pública. Governança são mecanismos voltados ao alcance, à satisfação do interesse do cliente. Quando se fala de ações de Governo, o cliente, no caso, é a sociedade.

A gestão está mais voltada à forma como são geridos os recursos com legalidade, com eficiência, com efetividade, enquanto que a governança busca justamente atender efetivamente ao cliente. Essa governança que nós estamos chamando é dar destinação às arenas para que atendam às necessidades e aos objetivos das políticas públicas. Então existe essa grande preocupação.

Existe também a preocupação em fazer com que o Plano de Legado Olímpico aconteça, porque ele não aconteceu até hoje. Ele não aconteceu e, ao não acontecer, ele não trouxe elementos que nos permitam fazer uma avaliação de custo, de resultado efetivo das ações dos jogos.

Nós até achamos que os jogos foram bem-sucedidos, foram bem-organizados. Nós não tivemos nenhum problema. Ainda que pese a correria para terminar as obras, as arenas ficaram bonitas e funcionaram. Entretanto, nós ainda não temos aquela visão final do resultado dos jogos.

Existe essa preocupação com o custo. Existe a preocupação de que o Plano de Legado Olímpico seja concluído efetivamente, que seja um plano que traga um estudo consistente de viabilidade técnica e econômica. Existe a preocupação de que seja demonstrado, por exemplo, como vai ser coberto o custo dessas arenas, o custo de manutenção dessas arenas.

Na ocasião em que nós estávamos estudando junto com a Autoridade Pública Olímpica — APO e o Ministério do Esporte a forma como haveria a concessão dessas arenas, ainda a cargo da Prefeitura, nós apontamos alguns problemas no sentido de que havia poucas janelas de uso das arenas para os programas de esporte da União.



O Tribunal de Contas defende muito a boa gestão dos recursos federais. Houve um investimento de mais de 2 bilhões de reais nessas arenas, em instalações que estão em terreno de propriedade da Prefeitura. Ou seja, pela lei, se você constrói no terreno de outro, esse bem, em princípio, é do outro.

A União então botou dinheiro num bem que é de outro, de propriedade do outro. Que coisa! Nós temos hoje a cessão de uso e a cessão da responsabilidade pela manutenção dessas arenas para a União, mas a propriedade permanece sendo da Prefeitura.

Como a União vai articular esse custo e os retornos no plano de legado? Como ela vai manter e dar a justificativa ao custo da manutenção? Como ela vai, por exemplo, avaliar o custo de desmontagem do centro aquático e da arena de *handball*, que, em princípio, vão virar escolas? Será que esse custo é viável? É justificado? Será que não sairia mais barato construir as escolas desde o início ou sai mais caro desmontar a arena e montar de novo para fazer as escolas?

Nós vamos continuar acompanhando esses custos. Quanto mais rápido o Plano de Legado Olímpico sair, melhor. Menos custo de manutenção de arenas ociosas nós vamos ter. Então nós estamos com as nossas equipes, com orientação do próprio colegiado, para que as equipes permaneçam acompanhando essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Obrigado, Dr. Augusto.

Passo a palavra à Dra. Liana, que pediu preferência. Passo a palavra a S.Sa.

A SRA. LIANA BARROS CARDOZO DE SANT'ANA - Obrigada, Sr. Deputado. Eu pedi a palavra apenas para realçar a importância da realização da audiência pública, que congrega esforços de diversos órgãos, no sentido de cuidar melhor desse legado, por assim dizer.

Quero pedir desculpas porque eu vou ter que me retirar para pegar o voo de volta ao Rio de Janeiro, porém, mesmo me retirando agora, os meus contatos ficam à disposição. Nós podemos nos manter interligados por outros meios. Permaneço à disposição para os próximos encontros, para trocas e fluxos de informação nesse mesmo propósito.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Em nome da Comissão do Esporte, nós agradecemos a participação de S.Sa.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Sr. Deputado, está aberto um novo painel, e eu preciso registrar presença. Portanto, também peço licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Pois não. Obrigado, Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Eu agradeço. Também cumprimento os nossos convidados. Essa foi uma grande colaboração para a nossa Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Passo a palavra ao Procurador Leandro Mitidieri, para as suas considerações finais.

O SR. LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO - Bem, minhas considerações são só para fazer o convite para a audiência pública do dia 22 de maio. Achei fantástica a ideia do Sr. Paulo de nós realizarmos a audiência lá nas instalações.

Eu só daria uma sugestão. Nós já convidamos, inclusive, algumas autoridades, já preparamos a divulgação. Então eu acho que, até pelo que ficou claro aqui, não será uma, não serão duas, não serão três audiências. Serão várias audiências públicas.

Então, eu sugiro que nós já façamos esse evento lá, nas próprias instalações, na semana seguinte ou em outro prazo adequado. Depois nós temos que tratar, inclusive, da audiência pública que consta do acórdão do Tribunal de Contas da União.

Eu queria lembrar que, na verdade, complementando as informações do nobre integrante do Tribunal de Contas da União — TCU, foram as multas aos ex-gestores, ao ex-Ministro dos Esportes e ao ex-Secretário. Também houve a determinação para que fosse apresentado um plano de contingência imediatamente, em 30 dias, o que eles chamaram de “termo de ajustamento de gestão” — uma audiência pública para essa elaboração.

No dia 27, nós já teremos uma reunião com o TCU para ver se nós consertamos isso. Apesar de concordar com essa urgência que o TCU está enxergando, seria interessante nós inserirmos essas discussões na nossa audiência



pública, com todas as autoridades aqui. Já colhi todos os contatos, e V.Sas. serão convidados, assim como vários outros.

Além de outros professores que aqui apresentaram, nós temos também núcleos de pesquisa da Universidade Federal Fluminense. Temos outros professores, temos atletas com projetos e temos as confederações, enfim. Até uma audiência nós já temos certeza de que não bastará para a discussão de todos os temas.

O Sr. Deputado se retirou, mas eu iria só reforçar algo. As considerações seriam só essas, mas vários temas aqui que foram abordados nesse finalzinho são muito importantes. A questão dos gastos sobre a qual o Sr. Deputado perguntou diversas vezes, era bom lembrar o que até o Sr. Paulo citou, que eu acho que passa um pouco despercebido nessa discussão.

Na verdade, a União não estava com toda a responsabilidade que ela está agora. Isso foi recebido, tanto é que a MP demonstra isso, em dezembro, depois de fracassado um plano que já era anunciado há anos, como uma grande solução. Então, causa-me estranheza considerarmos esses números de bilhões de gastos, que vão sendo atualizados, para a realização do evento. Esse é um registro.

Esse é um evento extremamente lucrativo. Algumas entidades lucraram muito com a sua realização; e não faltaram recursos para isso. E agora, quando nós vamos passar para a parte da destinação do legado, alegam que estamos em crise, que são só cinco pessoas que estão tocando a questão. Agora, aumentaram o número de pessoas para 18, mas, no máximo, vai chegar a 55. Neste caso, não há recurso. Então, eles enxergam as coisas de uma forma um pouco estranha.

Pelo menos, eu gostaria também que os representantes deste Parlamento discutissem esse assunto, porque há outro aspecto que foi abordado. O Tribunal de Contas da União — TCU também acabou de mencionar o Comitê Organizador. Em uma atuação que tivemos, recomendamos que a União não arcasse com o déficit da organização do evento. Esse processo, que foi mencionado agora também, tramitava no TCU. A lei do ato olímpico veio com esse dispositivo, dizendo que, se der prejuízo, se houver uma dívida do Comitê Organizador — não é bem legado —, a União arcaria com o déficit.



Nós fizemos a recomendação de que a União não poderia arcar com o déficit e, nesse trâmite, esta Casa revogou o art. 58, logo depois da nossa recomendação e logo depois da atuação do Tribunal de Contas da União. O curioso é que hoje o Comitê tem uma grande dívida, que já é objeto de nova recomendação. A União já bancou os jogos paraolímpicos e, quando o dinheiro destinado a esses jogos acabou — havia dinheiro até o evento. Depois dos jogos paraolímpicos, o dinheiro acabou —, nós conseguimos uma liminar evitando esse pagamento, mas a União acabou bancando também esses jogos paraolímpicos, porque essa não era uma questão prevista. E agora, há o perigo de existirem também essas dívidas. Já houve uma matéria jornalística sobre o assunto, que estamos apurando, mas já preventivamente recomendando que não haja esse pagamento dessa dívida, uma vez que não existe previsão legal para tanto.

Fazendo um comparativo em relação ao legado, temos mais ou menos isso também, porque o Município prometia arcar com essa história toda, com uma parceria público privada, mas fracassou, e a União está arcando com a história.

O Ministério Público Federal tem tratado essa questão assim: uma coisa é tratarmos das responsabilizações, disso tudo o que eu estou mencionando aqui, e a outra é tratamos o daqui para frente. Então, com relação ao daqui para frente, eu imagino que essa autarquia que vai surgir terá que ter estrutura profissional, com todo o empenho de toda a equipe, para conseguir transformar isso em algo que esperávamos, porque é a parte que fica.

O evento foi maravilhoso, tivemos orgulho dele, foi bem realizado, e muitas pessoas lucraram com isso, mas o que vai ficar para o futuro é que o nosso desempenho foi, comparativamente ao dos outros países-sede, proporcionalmente muito pior. Há até um processo no TCU acompanhando o nosso desempenho também, porque há muito dinheiro público federal nas confederações, nos treinamentos. Houve aumento dos números, mas, em relação ao número de medalhas dos outros países-sede, o nosso aumento foi pífio. Enfim, toda essa questão vai ficar para o futuro. Daqui para frente, precisaremos dessa estruturação.

Era só isso. Reforço que haverá uma reunião no dia 22 de maio, indicando que o Ministério Público Federal vai participar de outras reuniões, pelo menos. Já se vislumbra mais duas aqui. Uma delas será uma audiência pública que vai ser



realizada nas instalações e a outra para discutir o Termo de Ajustamento de Gestão que o TCU determinou aqui, no acórdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leo de Brito) - Agradecemos a participação do Procurador da República, o Dr. Leandro Mitidieri Figueiredo, e consulto se mais algum dos expositores deseja fazer as suas considerações finais. *(Pausa.)*

Então, em nome do Presidente da Comissão de Esporte, agradecemos profundamente a participação, a realização dessa audiência pública e a enorme contribuição que foi dada por todos os expositores aqui a esse tema de grande relevância para o nosso País.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco os novos pares para que participem da próxima reunião deliberativa, que será realizada na próxima quarta-feira, dia 26 de abril, às 14h, neste mesmo plenário.

Está encerrada a presente reunião.